



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS*

CPI - Dívida Pública

EVENTO: Audiência Pública	Nº: 0360/10	DATA: 14/04/2010
INÍCIO: 09h45min	TÉRMINO: 13h06min	DURAÇÃO: 03h21min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 03h21min	PÁGINAS: 78	QUARTOS: 41

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

GUIDO MANTEGA – Ministro de Estado da Fazenda.
HENRIQUE DE CAMPOS MEIRELLES – Presidente do Banco Central do Brasil.

SUMÁRIO: Esclarecimentos sobre fatos relacionados ao objeto de investigação da CPI.

OBSERVAÇÕES

Houve exibição de imagens.
Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis.
Há palavras ininteligíveis.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Declaro aberta a 23ª Reunião Ordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a dívida pública da União, Estados e Municípios, o pagamento de juros da mesma, os benefícios desses pagamentos e o impacto nas políticas sociais e desenvolvimento sustentável do País.

Convido o Ministro Meirelles. Já vamos adiantando.

Eu pediria... Tem uma reunião aqui na sala da Presidência. Eu pediria à assessoria para comunicar que o Ministro Meirelles já chegou, e que nós pudéssemos... Vamos aguardar.

Eu pediria, Deputado Ivan, Vice-Presidente, quer acompanhar o Ministro, que está chegando? Alguém da Comissão para aguardar o Ministro Mantega? *(Pausa.)* Não é necessário. *(Pausa.)* Está chegando. Esperar um pouquinho? Eu pediria para avisar.

Convido o Relator para ocupar a Mesa.

Deputada Jô Moraes, represente a Comissão para trazer o Ministro até aqui, o Ministro Guido. Ele já está chegando. Ele saiu e já está chegando. Por favor.

Queria aqui fazer um agradecimento pela presença ao Ministro Henrique Meirelles. Houve a convocação. S.Exa. tinha 30 dias para vir. Fez esforço para vir hoje, para que caísse ainda dentro do período de funcionamento da nossa Comissão.

Nós estamos pautados para hoje com a aprovação de um pedido de prorrogação. À medida que tivermos *quorum*, vamos votar. Eu já alerto, então, que, ao final da apresentação, como nós temos de votar — é uma votação muito rápida —, o pedido de prorrogação até o dia 14... Relator, é isso? *(Pausa.)*

Melhorou. Nós faremos a apresentação inicial, depois a gente faz uma votação rápida e retomamos os trabalhos. *(Pausa.)* Votar logo? Já temos *quorum*?

Encontram-se sobre as bancadas as atas das reuniões anteriores. Já foram distribuídas as cópias.

A SRA. DEPUTADA JÔ MORAES - Solicito a dispensa da leitura.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Por solicitação da Deputada Jô Moraes, está dispensada a leitura das atas.

Em discussão. *(Pausa.)*



Não havendo quem queira se manifestar, declaro encerrada a discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que as aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovadas.

Foi distribuído, também, um requerimento solicitando adiamento até o dia 14 do próximo mês do funcionamento desta Comissão. Esclareço: o prazo da nossa CPI vai até dia 27, daí por que colocamos os 2 Ministros. Vieram aqui.

Queria agradecer a ambos. O Ministro Mantega tem uma viagem com o Presidente, e fez esforço para estar aqui. Ao Ministro Meirelles queria agradecer de uma maneira muito especial. Sei de problemas que enfrentou, que fez esse esforço para estar aqui. S.Exas. vieram para que fosse possível cair ainda dentro do período de funcionamento da CPI.

Há um período suficiente para votarmos o relatório. Evidentemente que é um período curto, porque o relatório pode ter discussão, por ter pedido de vistas e, portanto, um pedido de adiamento seria prudente.

Então, já foi distribuído o requerimento onde é feito o pedido de adiamento para o dia 14 do mês de maio.

Em discussão requerimento. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-lo, em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.

O requerimento será levado à Mesa para ser pautado em plenário.

Aproveito para agradecer também ao Deputado Pepe Vargas, Presidente da Comissão de Finanças e Tributação, que fará parte da Mesa, pela cessão do tempo e do plenário aqui nesta Comissão

Esta é uma reunião de audiência pública convocada para tratarmos de fatos relacionados ao objeto da investigação desta CPI com a exposição dos Exmos. Srs. Ministro Guido Mantega, Ministro de Estado da Fazenda, e do Ministro Henrique Meirelles, Presidente do Banco Central do Brasil.

Convido o Exmo. Sr. Guido Mantega a fazer sua exposição inicial pelo tempo de 20 minutos, podendo ser prorrogado.

O SR. MINISTRO GUIDO MANTEGA - Bom dia a todos.



Sr. Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito da Dívida Pública, Deputado Virgílio Guimarães; Relator, Deputado Pedro Novais; Sr. Presidente do Banco Central, Ministro Henrique Meirelles; Deputados e Deputadas, técnicos e membros da imprensa aqui presentes, quero agradecer a esta Comissão pelo convite para comparecer aqui para falar sobre a dívida pública brasileira e suas conseqüências para a economia do País.

A dívida pública brasileira, e particularmente a dívida externa, já foi um grande problema para o País. No passado, essa dívida nos causou muitos aborrecimentos e muitos constrangimentos. Nos períodos de crise, era comum que viessem os representantes da banca internacional, representantes dos credores, representantes do Fundo Monetário Internacional dizer aqui o que tínhamos que fazer em matéria de política econômica; impor condições ao País para, evidentemente, o pagamento da dívida, que muitas vezes ficou impagável, e para determinar os rumos da política econômica. Eu diria até que nós temos um certo trauma aqui no Brasil com a dívida externa, principalmente, porque no passado ela deixou uma marca importante no País.

Estou trazendo um *Power Point* que apresenta esses dados, que vou utilizar. Não sei se estão visíveis. Vou começar com a evolução da dívida externa.

(Segue-se exibição de imagens.)

Os senhores podem ver, começando no início dos anos 70, que a dívida externa, enquanto percentual do PIB, até que não era muito expressiva. O azul mais forte é a dívida líquida, o azul mais claro é a dívida bruta. Os senhores podem ver, no início dos anos 70, que nós estávamos com uma dívida líquida, que é a mais importante, ao redor de 10% do PIB brasileiro daquela época.

Depois, nós tivemos o período da crise da dívida. Os senhores estão lembrados, os anos 70 foram anos difíceis: crise do petróleo, os EUA também estavam passando por dificuldades. Houve a desmoralização do dólar e o Presidente do FED de então, Paul Volcker, aumentou violentamente as taxas de juros americanas, o que quebrou os países endividados.

Então, os senhores podem ver a evolução da dívida pública brasileira naquela época, que passa a se aproximar dos 50% do PIB — só a dívida externa 50% do PIB. Evidentemente, essa dívida, nessa dimensão, causava um pagamento de juros



altos, o serviço da dívida, o que diminuía o espaço para demais atividades. O Estado estava constrangido ao pagamento desta dívida e, com isso, tinha que inviabilizar ações sociais, investimentos e tudo mais. Então, era bastante difícil para o Brasil conviver com uma dívida dessa natureza.

Ao longo dos anos 80 ela foi diminuindo, também porque o país não conseguia crédito nessa época no exterior. Nós chegamos a ter um *default*, ou seja o Brasil deixou de pagar; declarou a impossibilidade de pagamento da dívida em 1986, e com isso nós tivemos sérios problemas na economia brasileira.

Depois, os senhores podem observar, ao longo dos anos 90, antes do início do Plano Real, a dívida externa líquida estava ao redor de 10%. Com o câmbio fixo e o endividamento externo que ocorre nesse período, nos tivemos uma nova escalada da dívida externa, chegando de novo a próximo dos 30% do PIB, permaneceu nesse patamar. Mais uma vez tivemos constrangimentos nessa ocasião. Com reservas baixas no final desse Governo, 2001, 2002, o Brasil teve que recorrer a um empréstimo do Fundo Monetário Internacional.

Naquela época, recorrer ao fundo significava grandes dificuldades econômicas para o País. Significava também se submeter às determinações do Fundo Monetário do ponto de vista da política interna.

A partir de 2003, a dívida passa a cair fortemente, de modo a que a dívida líquida tornou-se negativa, ou seja, as reservas do País são maiores do que a dívida externa total do país, portanto, a dívida líquida, a partir de 2007 passou a ser negativa, mudando completamente a situação da economia brasileira.

No gráfico seguinte, os senhores podem ver a dívida líquida do Governo central. Então, agora já estamos falando da dívida total, mas só do Governo central, excluindo Estados e Municípios.

Aqui é o início dos anos 90. A dívida líquida estava em torno de 15% do PIB, ficou mais ou menos nesse patamar até 1997, 1998, quando começa uma escalada e vai até cerca de 35% do PIB no final de 2002. Depois volta a cair, subiu; agora, na crise do ano passado, a dívida sobe um pouco e, a partir de 2010, ela já está numa trajetória descendente.



Então, nós vemos que, em pouco tempo, a dívida subiu bastante na economia brasileira, a dívida do Governo central. No próximo *slide* podemos ver a dívida líquida do setor público como um todo.

Então, a diferença aqui do gráfico interior é que estamos adicionando Estados e Municípios; é a dívida total do Estado brasileiro. No início dos anos 90, ela estava próxima dos 52%, sobe para 64%, aproximadamente, no final de 2002, em parte aqui por causa do câmbio. Quando o real se desvaloriza, como nós tínhamos dívida em dólar, a nossa dívida aumenta em reais, portanto ela chegou nesse patamar.

De lá para cá, a dívida vem caindo, a dívida líquida do setor público vem caindo. No final de 2008, ela estava em torno de 40% do PIB, portanto desceu quase vinte pontos percentuais nesse período.

Eu queria destacar que neste período a dívida cai em parte, porque a economia brasileira passou a ter um crescimento forte. Esse crescimento forte não se deu com o endividamento e com o déficit público. Então, foi um novo tipo de crescimento que nós tivemos nesse período, um novo crescimento, um crescimento mais forte da economia brasileira, mantido o equilíbrio fiscal e o controle da inflação, então uma nova modalidade de crescimento, gerando muito mais empregos.

E, nesse período, a dívida não foi um obstáculo para o crescimento da economia brasileira. Pelo contrário, nós crescemos diminuindo esta dívida, o que é muito salutar. Ela deixou de ser um problema nesse período. Dívida pública todos os países do mundo têm. Que eu saiba, não há nenhum país que não tenha dívida. Então, não é pecado ter dívida pública, mesmo os países avançados. E hoje, particularmente os países avançados têm dívidas bastante elevadas, maiores até do que os países emergentes. Por exemplo, o Japão tem uma dívida pública de mais de 200% do PIB, ou seja, mais de duas vezes o PIB. Porém, ninguém considera o Japão um país de risco, apesar de ter tudo isso, porque lá as taxas de juros são próximas a zero, um país que vive com problemas de deflação e, portanto, as taxas são pequenas, então o serviço da dívida pesa muito pouco nas contas japonesas. Já para um país emergente, em geral as taxas de juros são mais elevadas e a dívida pode pesar mais.

Se pegarmos, por exemplo, a Grécia, país que hoje está às voltas com problemas de dívida, a Grécia tem uma dívida pública de mais de 100% do PIB, com



dificuldades para o seu pagamento, porque a dívida é constantemente renegociada. Há vencimentos da dívida. Diante dos vencimentos, você tem que renovar o crédito, portanto você tem que ir ao mercado; o mercado pode impor condições, e você tem que conseguir a renovação para fazer o pagamento. Se não houver renovação, você fica inadimplente e o país quebra. No caso da Grécia, por exemplo, o que nós estamos vendo é que as dificuldades econômicas do país fazem com que o mercado exija que a Grécia pague juros elevados e, mais do que isso, impõe um ajuste interno na economia grega. É uma condição para que ela possa receber o dinheiro. Então, nós vemos como a dívida pode ser um instrumento de domínio de organismos internacionais sobre um determinado país.

É claro que, provavelmente, eu não vou analisar aqui o desempenho econômico da Grécia, se cometeu ou não erros, mas o fato é que, quando chega a esse ponto, o país fica subordinado aos ditames dos credores ou do Fundo Monetário. O Fundo Monetário mudou em relação ao que era no passado, porém, num caso como a Grécia, aqueles que vão financiar estão impondo condições. Tem que cortar gasto público, tem que cortar aposentadoria, tem que cortar benefícios sociais: são as imposições que costumam ser colocadas para a Grécia.

Então, o que importa não é só o tamanho da dívida — é claro que o tamanho é importante —, mas também importa a qualidade dessa dívida: se a dívida é de curto prazo ou de longo prazo, se os juros que você paga são altos ou são baixos. Você pode ter uma dívida menor — e o Brasil nunca teve dívidas muito altas, 60%, 70% do PIB —, porém com vencimentos de curto prazo, o que significa que você tem que correr atrás de novos credores a todo momento, você tem que estar negociando a todo momento. Enquanto os países avançados costumam ter dívidas de longo prazo — por exemplo, nos Estados Unidos nós temos títulos de 10 anos, 15 anos, 20 anos, 30 anos; no Japão, a mesma coisa —, nos países emergentes, em geral, principalmente no passado, nós tínhamos prazos muito mais curtos, dívida de seis meses, um ano, um ano e meio, dois, que tinha que ser renegociada a cada momento. E aí os juros são flexíveis e acabam subindo em momentos de dificuldade. Então, é importante não só olhar para o tamanho da dívida, mas para a sua composição e a sua longevidade.



Nós estamos vendo a composição da dívida pública brasileira, sendo que a parte vermelha é a dívida externa, e outra parte azul é a dívida interna. Então, os senhores podem ver a mudança de composição. Por exemplo, em dezembro de 1995, a dívida externa representava mais de 40% da dívida total. E nós sabemos que a dívida externa é mais complicada do que a dívida interna, porque a dívida externa entram os credores internacionais. A dívida interna é muito mais fácil de administrar: você pode emitir, você administrar aqui dentro. Os senhores podem ver uma diminuição da dívida externa na composição da dívida brasileira, o que é salutar, chegando a um patamar em torno de 12%, 13% do PIB; de 40% para 12%, 13% do PIB. Portanto, é um avanço qualitativo na dívida brasileira.

No quadro seguinte, nós podemos ver a composição da dívida pública. Os senhores podem ver, pegando julho do ano 2000, nós tínhamos na nossa dívida uma composição ainda forte em câmbio, ou seja, títulos indexados ao câmbio, que variavam de acordo com o câmbio. Esse é um título ruim para estar na nossa dívida, porque ele flutua ao sabor das flutuações do câmbio, então ele pode ser um problema. Não é bom tê-los. É claro que os governos usam isso quando não têm outro recurso. Você quer colocar um título, você precisa captar dinheiro no mercado, o mercado não aceita um título indexado ao IGPM ou a algum índice nacional: “*Só aceito o título se ele for atrelado ao câmbio.*” Ele teme uma variação cambial. Aí, se há uma grande desvalorização da moeda, significa que aquele título vai render muito, e o investidor não perde com desvalorização cambial. Mas para as contas públicas é ruim, porque, se você tem uma grande desvalorização do câmbio, a dívida sobe fortemente num determinado momento. Então, os senhores podem ver que os títulos cambiais foram praticamente eliminados da dívida brasileira. Foi feito um saneamento da dívida.

Nós temos os demais títulos, que estão aí representados. Nós temos aqui a emissão de títulos do Governo brasileiro no exterior, os chamados *Globals*. A melhor maneira de você captar recursos no exterior é colocando títulos de longo prazo do governo. A pior maneira é você ficar no endividamento de curto prazo, depender de capitais de curto prazo, que são os mais especulativos. Entram e saem com rapidez. Se você tiver uma dívida composta por títulos de longo prazo, é a melhor coisa, porque acontece uma crise, ninguém pode te cobrar. Se aquele título não venceu,



you are with the title in hand. If anyone wants to sell, it will sell in the secondary market, you will lose something, but the Government will not be charged for these titles. Then, gentlemen you can see this *Global* of 30 years.

In 1997, this title was traded in the external market at 10,9% plus the exchange rate variation. We are talking about a title in dollars, a sovereign title of the Brazilian Government, but in dollars. It remunerated 10,9%. In the year 2000, the remuneration went up for dollars plus 13% or 12%. And gentlemen you can see that, starting from 2004, we have a strong reduction of the interest paid for these titles. What happens starting from 2003 and 2004, when Brazil became more solid, more reliable, is that the taxes fell quite a bit, reaching, now in 2009, a 5,8% above the dollar; therefore it is a quite reasonable tax for a title of 30 years of maturity. Or rather, there is demand for titles of 30 years of the Brazilian Government, so that the volume also changed a lot.

When we are talking about here the 90s, you used to put 200 million dollars, 300 million dollars, a quite small volume. And the volume also increased. There was no demand, the volume increased a lot. Therefore, this shows the solidity of the Brazilian economy, paying lower interest, interest each time lower, for the external Brazilian debt.

Now, I wanted to say that, in this period, the vulnerability of the Brazilian economy decreased a lot. This can be seen in this graph, where we have the relationship between reserves and public debt. The red curve shows the reserves of the Country as a proportion of the public debt. Then, in 2002, for example, the reserves that we had at the time, around thirty and a few billion dollars — being that a part was from the Monetary Fund, the major part was from the Monetary Fund, not even ours — represented only 34% of the public debt, of the external public debt, 34%. Today, in 2009, the reserves represent 295%, almost 300%, of the public debt, therefore three times the public debt. The reserves would allow paying three times the external public debt. And, putting here the private debt, that, let's say of passage, is the responsibility of the private sector, represented 18% and, today, represents 107%. Or rather, the Government has enough reserves to pay the external debt in full, and still has some left, there are still some left.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Ministro, seu tempo está esgotado, mas há a prorrogação do tempo. Eu pediria a sua contribuição.

O SR. MINISTRO GUIDO MANTEGA - Eu já estou terminando, Deputado.

(Segue-se exibição de imagens.)

Uma das razões para termos diminuído a vulnerabilidade externa e melhorado as reservas, diminuindo, portanto, a dívida externa, foi o melhor desempenho comercial do País. Os senhores podem ver que a torre azul representa as exportações e a vermelha, as importações. Nós estávamos estacionados num patamar de cerca de 50 bilhões de dólares, tanto de importação quanto de exportação, ao longo dos anos 90. A partir de 2002 e 2003, houve uma elevação significativa das exportações brasileiras e uma elevação mais moderada das importações, gerando um saldo comercial para o País. Então, este saldo comercial, que chegou a ser de 40 bilhões de dólares, agora ele é menor. Ele permitiu que a gente diminuísse a vulnerabilidade externa e acumulasse reservas.

Esse bom desempenho do Brasil no setor externo deveu-se a uma política mais agressiva do País na área de comércio exterior e a uma diversificação dos nossos parceiros comerciais. O Brasil, antes, era muito concentrado em Estados Unidos e União Europeia. Houve uma diversificação, aumentando muito o nosso comércio com a Ásia e com a América Latina, enfim, países emergentes. Então, diminuíram os países avançados e aumentaram os países emergentes — diminuíram em termos relativos, não em termos absolutos, ou seja, nós aumentamos o comércio com todos os países, mesmo com os Estados Unidos e a União Europeia, porém aumentamos muito mais com a Ásia e a América Latina do que com esses países, de modo que nós enfrentamos melhor a crise por causa disso.

Para finalizar, quero falar do déficit em transações correntes. Hoje é um assunto em voga a questão do déficit. Eu queria dizer aos senhores que, nas condições em que nos encontramos, o déficit em transações correntes não é um problema, ele não ameaça a nossa estabilidade, não aumenta a nossa vulnerabilidade. É claro que é bom ficar de olho porque não é bom ter um déficit em transações correntes elevado.

Os senhores podem ver ali a evolução do déficit. O boxe em vermelho é o percentual do déficit como percentual do PIB. Os senhores podem ver que ele



sempre esteve em torno de 3,5% e 4% do PIB, na década de 90. Houve um período que ele ficou em superávit, quando nós estávamos com o câmbio muito desvalorizado e fizemos muita exportação; hoje estamos com déficit. Porém, podemos ver que uma coisa é você ter déficit em transações correntes quando você tem uma dívida externa elevada e reservas baixas, e ainda por cima câmbio fixo; outra coisa é quando você tem um déficit em transações correntes, mesmo que razoável, 2%, 2,5% do PIB, como temos hoje, porém com reservas elevadas e dívida externa baixa.

Os senhores podem ver nesse quadro: a parte verde do quadro mostra que, por exemplo, em 1999, nós tínhamos uma dívida externa com um percentual do PIB de quase 40%, e as reservas eram só de 6,2%. Se vamos para o extremo de hoje, 2009, nós temos a dívida externa 12,9% e as reservas 15,2%. Portanto, uma situação absolutamente mais confortável para isso.

Quero encerrar dizendo que a situação do País hoje é muito melhor, muito diferente. Hoje nós estamos no grupo não dos devedores, mas dos credores. As taxas de juros que nós pagamos são muito mais baixas, portanto a dívida pesa muito menos do que pesava. Não existe ingerência dos banqueiros internacionais na nossa política econômica, como havia no passado. A política econômica é autônoma. A dívida não atrapalha a realização de investimentos e de programas sociais, como atrapalhava no passado. Hoje nós fazemos investimentos, programas sociais, e a dívida não é um problema. O déficit em transações que temos hoje financia investimento, não consumo, como já aconteceu no passado. Portanto, hoje a dívida externa ou a dívida pública deixou de ser um problema para o País.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Obrigado, Ministro Guido.

Passo de imediato a palavra ao Ministro Henrique Meirelles, Presidente do Banco Central do Brasil.

O SR. MINISTRO HENRIQUE DE CAMPOS MEIRELLES - Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Ministro, desculpe a interrupção. Eu queria convidar o Presidente Pepe Vargas — que nos cedeu o



auditório e o tempo, que era momento da reunião da CFT, Comissão de Finanças e Tributação — para fazer parte da nossa Mesa.

Desculpe-me, Ministro. Com a palavra, novamente.

O SR. MINISTRO HENRIQUE DE CAMPOS MEIRELLES - Muito obrigado, Presidente. É sempre uma honra estar aqui nesta Casa. Eu gostaria, portanto, de, através do Presidente da Comissão Pedro Novais, do Relator Virgílio Guimarães e dos Deputados, saudar todos os Deputados presentes e agradecer também ao Deputado Pepe Vargas a cessão do horário.

Minha ideia é dar uma visão dos efeitos da estabilização econômica no Brasil, que confirmam aquilo já explanado pelo Ministro Mantega.

(Segue-se exibição de imagens.)

Se olharmos este gráfico, fica claro aquilo que já foi demonstrado pelo Ministro Mantega: nós fizemos a inversão de um círculo vicioso da economia brasileira para um círculo virtuoso. O sistema de metas de inflação, a inflação na meta e o aumento da estabilidade macroeconômica reduzem o risco de inflação. Reduzindo o risco de inflação, isso reduz — em verde, acima — o prêmio de risco na economia, como ele demonstrou.

Câmbio flutuante, reservas internacionais elevadas, dívida externa líquida cadente reduzem o risco externo da economia, o que leva também a uma diminuição dos prêmios de riscos da economia.

Os superávits primários, com a dívida pública cadente, reduzem o risco fiscal juntamente com o maior crescimento. Isso também leva a uma redução do prêmio de risco — em verde, em cima. Essas reduções do prêmio de risco levam a uma redução da taxa de juros real na economia, ao longo do tempo, aliado à maior credibilidade. Isso tem um efeito ampliado, porque, na medida em que há uma redução na taxa de juros, isso é um outro fator, além do crescimento dos saltos primários, que ajuda na redução da dívida pública e na redução da carga de juros do setor público externo e interno, em última análise.

Mostrando aqui, portanto, a trajetória da inflação, em azul, nós vamos ver que a inflação orbitou em torno do centro da meta nos últimos anos, abaixo e acima do centro, como deve ser. Portanto, não é uma política monetária seja excessivamente



conservadora, seja uma política monetária que permita surtos inflacionários. E isso fez com que colaborássemos, portanto, com a estabilização da economia.

Em vermelho, as previsões dos analistas para as inflações dos próximos meses e dos próximos dois anos, o que confirma uma maior credibilidade do Governo brasileiro e do setor público no controle da inflação. Em consequência, se nós virmos, por exemplo, a trajetória da taxa SELIC nos últimos anos — SELIC acumulada no mês e anualizada —, nós vamos ver, em azul, que a trajetória da taxa SELIC sobe e desce, dependendo dos ciclos de aperto monetário, o funcionamento monetário. Mas ela tem uma tendência — na linha pontilhada em verde —, ela tem tido nos últimos anos uma tendência de queda, o que de novo mostra que a estabilização da economia e as medidas tomadas na hora certa, com a maior previsibilidade de inflação, geram uma tendência de queda.

Se nós olharmos a taxa de juros real, aquelas taxas de juros nos mercados futuros, que é a melhor maneira de medir isso nos mercados de taxas de juros reais nos mercados interfinanceiros, nós vamos ver que ela é uma taxa de juros de 360 dias nominal, mas descontada a inflação futura, por 12 meses esperada. Nós vamos dizer de novo, em vermelho, a evolução dessas taxas e vamos ver, em pontilhada verde, a linha de tendência. De novo, nós vamos ver que a taxa de juros real da economia brasileira está caindo de novo, em função das políticas responsáveis adotadas por este Governo, seja na área monetária, cambial, e na área fiscal, como já demonstrado pelo Ministro.

Se nós olharmos as taxas de juros nominais de mercado, como eu mencionei, nós vamos ver que as taxas de juros nominais de mercado também têm tido uma trajetória cadente nos últimos anos. De novo, ela sobe e desce, dependendo dos ciclos econômicos, mas há tendência, que é a taxa de juros de mercado — em verde pontilhado —, de novo mostrando uma linha de tendência. Independente de que alguns momentos essa taxa sobe, em função de maiores expectativas de inflação, por exemplo, mas, à medida que a economia é estabilizada, ela vai caindo ao longo do tempo.

Se nós levarmos a uma série mais longa, desde 1996, vamos ver ainda isso de forma mais enfática. Nós vamos ver que em 1998, por exemplo, 1999, nós



tivemos taxas de juros reais, isto é, descontada a inflação, de quase 40%, acima de 35%. A taxa média daquele período chegou a 18,4%.

Em azul, os senhores e senhores podem notar como essa taxa média vai caindo nos últimos anos, o que de novo é resultado de uma política de estabilidade, isto é, a taxa de juros, ela é consequência exatamente de uma maior credibilidade, de uma maior previsibilidade, de uma boa administração. Ela vai caindo paulatinamente, nos últimos anos.

Isso tem um reflexo, como já demonstrado pelo Ministro, nos juros pagos na dívida líquida do setor público, juros nominais acumulados em 12 meses. Nós vamos ver como eles vêm caindo como percentagem do produto nos últimos anos, que é o que importa: de 9,5%, em agosto de 2003, por exemplo, para 5,4%, em fevereiro de 2010. De novo, os juros nominais pagos pelo setor público caindo de forma gradual nos últimos anos. O que importa em política econômica é o resultado. Vocês podem dizer: *“Não, mas isso, aconteceu aquilo, aqui podia fazer isso...”* O resultado é o que interessa, que é o custo real no final pago pela sociedade brasileira, e nós vamos ver. Se nós olharmos aqui o custo médio acumulado da dívida mobiliária interna, em termos percentuais ao ano, nós vamos ver como ele caiu de 17%, em dezembro de 2005, para 13,6%, em novembro de 2008, e para 10,6%, em fevereiro de 2010. Então, de novo, nós vamos vendo que o custo médio de juros da dívida pública está caindo. Isso é a dívida mobiliária interna, apenas a dívida interna no Brasil, o que mostra, mais uma vez, como nós temos, gradualmente, uma diminuição do custo do Tesouro. De novo, resultado de toda a estabilização econômica, como eu mencionei; é um conjunto de circunstâncias, como já mencionado pelo Ministro: saldos primários, maior crescimento e a taxa de juros real da economia caindo em função da estabilização.

Dívida externa como percentagem do produto, o Ministro já mostrou, vou passar. Vamos mostrar agora aquilo que eu chamei de um sumário dos resultados de uma responsabilidade macroeconômica. Como eu mencionei, redução dos prêmios de risco; redução da dívida líquida do setor público, como foi mencionado; dívida externa líquida negativa; redução da relação dívida externa sobre o Produto, como já mostrado; melhoria nos indicadores de sustentabilidade externa; liquidação antecipada da dívida reestruturada com todos os credores, Clube de Paris, Fundos,



e com o FMI, como já mencionado; e grau de investimento com *spread*; e o Risco País reduzido. Portanto, isso é o resultado, já elaborado pelo Ministro, da dívida externa brasileira, sendo, em termos líquidos, hoje, negativa, o que significa que as reservas são maiores do que a dívida, a dívida total, cadente, como percentagem do Produto, e os juros reais da economia cadentes.

Um dos benefícios da menor taxa de Risco País — já demonstramos outros indicadores — é o nível de investimentos do País, o total de investimentos. Em vermelho, é a chamada formação bruta de capital fixo. A formação bruta do capital fixo é uma boa maneira de medir os investimentos totais do País. E nós vamos ver, em verde, a taxa de Risco Brasil. Então, nós vamos ver como uma queda da taxa de Risco aumenta os investimentos. Muitas vezes se pensa que o investimento é apenas resultado de alguma ação direta do Governo — o Banco Central deu uma manipulada na taxa de juro por baixo, um incentivo aqui, um incentivo ali. Existe uma correlação direta entre a queda do Risco País, maior previsibilidade, maior confiança, maior estabilidade e conseqüente aumento do investimento. As famílias estão mais preparadas, as empresas, todos estão preparados para investir mais, com maior estabilidade, maior previsibilidade, maior credibilidade. Por exemplo: o investimento estrangeiro direto também crescendo nos últimos anos, que é o investimento direto em máquinas e equipamentos — não estou falando em investimento no mercado financeiro, mas em investimento direto em máquinas e equipamentos — também crescendo; é investimento de brasileiros e investimento de estrangeiros.

Resultado disso, do ponto de vista do bem estar da população: nós vamos ver em azul o percentual de brasileiros que são parte da classe média, que cresceu de junho de 2002, de 42,4%, e de junho de 2003, de 41,6%, para 53,2%, em junho de 2009. E a classe baixa, que é a classe E, de 30,4% para 18,3% da população brasileira — claramente uma trajetória cadente. Trinta milhões de brasileiros entraram na classe média nesses últimos 7 anos; isso é ganho direto de renda por parte da população brasileira. E 9,1 milhões de empregos foram criados desde 2003, efeito direto da economia. Além disso, nós tivemos evidentemente os programas sociais, que beneficiam um número enorme de brasileiros, que são, de novo,



produto do aumento da arrecadação tributária e da capacidade hoje de o Governo Federal prover programas sociais de maneira a diminuir a desigualdade.

Taxa de desemprego. Aqui eu faço uma comparação entre janeiro e fevereiro: taxas de desemprego no mês de janeiro, taxas de desemprego no mês de fevereiro. Vamos ver fevereiro em verde: 2003, 11,6%; 2004, 12%; 2005, 10,7%; 2006, 10,1%; 2007, 9,9%; 2008, 8,7%; 2009, 8,5%, e 2010, 7,4%. De novo: a política econômica deve ser medida, na nossa avaliação, pelos resultados da política. E os resultados da política são o quê? Melhora o padrão de vida da população, melhora o poder de compra nos últimos anos, diminui o desemprego, aumenta o emprego. Portanto, esses são os resultados da política. Não se pode apenas analisar itens pontuais, temos que olhar o resultado geral da política econômica aplicada no País.

Finalmente, o crescimento do Produto. Nós vamos ver que de 1999 a 2002, por exemplo, a taxa média de crescimento do Produto foi 2,1%; de 2003 a 2005, 3,3%; de 2006 a 2008, 5% — em vermelho, linhas pontilhadas. Houve uma queda em 2009, que nós temos ainda que avaliar, com as revisões dos números até o final deste ano, onde estaremos de fato. Mas é ao redor de zero, um resultado positivo, comparado com a maior parte dos países do mundo, que, durante a crise, tiveram um crescimento negativo, e uma previsão, neste caso do Banco Central, de crescimento de 5,8% para o ano de 2010. De novo, resultado da política econômica, da responsabilidade macroeconômica, nós temos um crescimento maior da economia brasileira.

Eu não vou entrar em detalhes da dívida pública, porque, evidentemente, isto é prerrogativa do Ministro da Fazenda, que desde a década de 90 a administração da dívida pública interna passou do Banco Central para o Tesouro Nacional, e posteriormente a da dívida externa também foi transferida do Banco Central para o Tesouro Nacional. Portanto acredito que o Ministro já esgotou a apresentação sobre esse assunto, portanto eu preferi me focar na responsabilidade do Banco Central, que é o equilíbrio macroeconômico do País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Muito obrigado, Ministro Meirelles.



De imediato passo a palavra ao Relator, Deputado Pedro Novais, para formular os seus questionamentos.

O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS - Sr. Presidente, Srs. Ministros expositores, estamos tendo neste momento a oportunidade de aprofundar as discussões sobre a dívida pública e sobre os fatores que levam ao seu crescimento. Meu objetivo é enriquecer-me de informações para o meu relatório.

Estou convencido de que é mais adequada a expressão dívida bruta do setor público do que dívida líquida, tanto para fazer comparações com outros países, como com propósitos analíticos, apesar do costume das autoridades brasileiras de usar o conceito de dívida líquida para avaliar o desempenho da economia.

Esse costume é cômodo, pois doura a pílula, mas cada vez menos adequado ao perfil da nossa dívida. Nossa dívida bruta está em 63% do PIB, e alguns convidados desta CPI a consideraram alta para países com o nosso perfil de desenvolvimento. São 2 trilhões de reais. A dívida líquida está em pouco mais de 1 trilhão e 300 bilhões. A diferença entre dívida bruta e dívida líquida são os ativos financeiros de que o Governo, teoricamente, dispõe para quitar essa dívida. Acontece que esses ativos financeiros nem sempre estão à disposição para quitar a dívida.

Ponto 5. Com exceção das reservas internacionais para 245 bilhões de dólares, que de fato têm liquidez, apesar de ser muito caro mantê-las, desconfio dos demais haveres. Esses demais haveres dificilmente serão recuperados, e menos ainda com a rapidez necessária em situação de emergência, como os empréstimos feitos pelo Tesouro a instituições financeiras oficiais, os depósitos do FAT ou as aplicações do Governo Federal em fundos e programas.

Os depósitos do FAT, que constam das estatísticas como crédito a favor do Governo, pertencem de fato aos trabalhadores e só se prestam de fato para pagar as obrigações do próprio FAT, e não da dívida.

Ponto 6. Os empréstimos para instituições financeiras oficiais, acumulados, saíram de 33 bilhões de reais, em dezembro de 2008, para 150 bilhões, em fevereiro de 2010, por conta das operações com o BNDES, encorpando a dívida bruta, sem alterar a dívida líquida. Mesmo encerrada a crise financeira, o Governo pretende continuar aumentando esses empréstimos.



Ponto 7. Estou inclinado a sugerir que se exija prévia autorização orçamentária para uso dos recursos derivados da emissão de títulos, qualquer que seja a forma de emissão. A tendência tem sido no sentido contrário, como no caso dos volumosos empréstimos recentes do Tesouro ao BNDES. O Congresso deve exercer sua prerrogativa de decidir onde, frente às diversas alternativas de uso, os recursos financeiros serão alocados originalmente.

À margem do Orçamento, no primeiro momento, a emissão da dívida para fazer face a essas despesas engorda a dívida bruta e, no futuro, sem que o Congresso tenha escolha, serão consignadas no Orçamento as correspondentes despesas obrigatórias, com os juros e as amortizações desses títulos.

Outro assunto que tem chamado nossa atenção é a flexibilização dos limites de endividamento dos Estados, cujas dívidas mobiliárias e contratuais foram assumidas pelo Governo Federal. Constatamos que quem decide o aumento desses limites, no quadro dos contratos assinados ao amparo da Lei nº 9.496, de 1997, não é o Senado, e sim a burocracia do Executivo.

Ponto 8. O jornal *Valor Econômico*, por exemplo, noticiava, em 29 de março, que o Rio de Janeiro esperava a ampliação do seu limite de 1 bilhão e 600 milhões de reais para aproximadamente 5 bilhões de reais, cuja decisão dependia diretamente da Ministra da Casa Civil e do Ministro Guido Mantega. Repito, jornal *Valor Econômico*.

9. A matéria acrescentava que era a primeira ampliação do limite de endividamento — primeira ampliação do limite de endividamento — atribuição do Senado Federal — desde a renegociação da dívida do Estado nos anos 90, mas que não tinha nada a ver com as negociações políticas para a possível perda de 7 bilhões de reais de receita do Rio de Janeiro, com a nova partilha dos *royalties* do petróleo.

Ponto 10. Em 2007, os Governadores reivindicavam que fosse adotado o limite previsto em resolução do Senado de 2 vezes a receita corrente líquida, em vez de 1 vez a receita líquida real da Lei nº 9.496, de 2007.

O Ministro da Fazenda afirmou que o Governo não iria alterar a lei que reestruturou as dívidas estaduais e nem a LRF — Lei de Responsabilidade Fiscal, mas que seria possível flexibilizar as regras, pela burocracia, naturalmente, para



garantir os investimentos dos Estados, desde que autorizado pelo Tesouro. Quer dizer, não é o Senado, é a burocracia interna.

Assim parece que tem sido feito. Esse tipo de solução obscurece os critérios e impede tratamento equânime para as Unidades da Federação.

Era isso, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Obrigado, nobre Relator Pedro Novais.

Vamos passar a palavra de imediato aos autores. Depois fazemos uma rodada.

Com a palavra o nobre Deputado Ivan Valente, autor de um dos requerimentos.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nossos convidados Ministro Mantega e Ministro Meirelles, nobre Relator, em primeiro lugar, quero começar pela fala final do Ministro Meirelles, de que nós devemos ver os resultados. Eu acho fundamental que observemos os resultados. Eu quero começar mostrando, Ministro Mantega, o resultado. Ali foram colocados o crescimento do PIB, a taxa de desemprego e alguma distribuição de renda, inclusive de setores que teriam escalado a escala de renda.

Quero mostrar a todos aqui o Orçamento de 2009. Está aqui: 36% do Orçamento, da arrecadação fiscal da União foram para pagar juros e amortizações da dívida. Esse é um resultado. São 380 bilhões de reais para pagar juros e amortizações da dívida que podiam estar sendo colocados em infraestrutura, geração de empregos e distribuição de renda, saúde pública, implantação do SUS, sistema nacional de educação pública gratuita e de qualidade. Então, é uma escolha que nós fazemos. E essa é a primeira questão que eu quero colocar. Esses são os resultados. Nós não podemos desumanizar os números da dívida brasileira.

Em segundo lugar, eu acho que a dívida pública brasileira tem um histórico, Ministro Mantega, e V.Exa. inclusive começou falando muito claramente o seguinte, que a dívida externa já foi um problema. Eu digo que ela continua sendo um problema, porque o fato de nós termos reservas internacionais não significa que as reservas não tenham custo, porque a maioria das reservas brasileiras foram



compradas com a emissão de títulos públicos, e esses títulos pagam a maior taxa de juros do mundo; e as reservas brasileiras, pelo menos três quartos delas, estão em títulos do Tesouro americano, que pagam zero. Isso é um custo. Ora, então, como não é um problema? Claro que é um problema.

O segundo problema é que a dívida externa foi transformada em dívida interna. Foi um processo. Então, a primeira pergunta... Inclusive, antes disso o Ministro Mantega tocou na questão dos juros flutuantes. V.Exa. não acha que seria o caso de investigar... E quero dizer que cálculos da nossa CPI chegaram à seguinte conclusão: se nós tivéssemos mantido os juros a 6%, conforme contratos da dívida externa, nós teríamos uma diferença. E pagamos 223 bilhões de dólares desse período, e temos uma dívida externa de duzentos e tantos bilhões de dólares ainda. Nós já pagamos, só que ela foi parar em 20,1%, a juros flutuantes, de forma ilegal. Não é ocaso de se fazer auditoria da dívida externa? Por que nós não fazemos auditoria dessa dívida?

Mais tarde nós tivemos a formação... Também, Ministro, ainda sobre a questão da dívida externa brasileira, eu queria colocar o seguinte: primeiro, recompra antecipada de títulos da dívida externa e pagamento com ágio de 50% do valor de face do título. Isso foi feito pelo Governo brasileiro para comprar confiança no mercado internacional. Isso aqui é um enorme custo para o Brasil, assim como pagar antecipadamente ao Fundo Monetário Internacional; não ter acordo, mas continuar cumprindo, na prática, todas as recomendações do Fundo Monetário Internacional.

Hoje, a Grécia cumpre acordo — *“você tem que cortar na Previdência, isso e aquilo”*. Agora, nós fazemos isso de bom grado, porque nós assimilamos, digamos, a lógica que está aí presente. E mais tarde a dívida contratual foi substituída por títulos dos bônus Brady, que foi uma operação que gerou, evidentemente, um giro na política econômica brasileira, Ministros, que eu entendo como bastante problemática. E, aí, eu quero entrar na dívida interna brasileira, em como é que a dívida externa se transformou em dívida interna brasileira. Em primeiro lugar, com a liberalização dos fluxos de capital na década de 90, atropelando, inclusive, a Lei nº 4.131, de 1962. Isso foi um atropelo.



A segunda questão que eu quero colocar, Sr. Presidente, é que no Brasil existem juros sobre juros. Eu pediria aos Ministros que se manifestassem sobre isso. Isso chama anatocismo e isso é ilegal. Isso é condenado pelo Supremo Tribunal Federal, e o Governo pratica anatocismo. E eu tenho aqui, sim, declarações do Governo, que diz que agora foi editada uma medida provisória que impede isso. Não. A medida provisória que foi editada não é superior a uma lei complementar chamada Lei da Usura. Então isso é uma ilegalidade, o que está sendo pago de juros.

E, aí, eu pergunto aos Ministros o seguinte. Ministro Mantega, V.Exa sempre assim, de alguma forma bateu cabeça com o Ministro Meirelles sobre a taxa de juros. Isso foi público e notório, não é? E hoje o Brasil continua pagando, Ministro Meirelles, a maior taxa de juros do mundo. Então, quando V.Exa. coloca aquela linha de queda média, sobre a taxa de juros, a pergunta que fica é a seguinte: por que o Brasil tem que pagar a maior taxa de juros do mundo, enquanto os outros estão pagando juros negativos ou zero? Quem são os grandes beneficiários da taxa de juros?

E, aí, eu queria dizer o seguinte: quem define a taxa de juros brasileira. Quem define? Eu queria passar para todos os Deputados e até para a imprensa e para o Ministro. A CPI levantou a tabela de convidados para a reunião de setembro de 2009, e os *dealers* também, os bancos. Está aqui: todos são, ou a grande maioria, a esmagadora maioria são economistas chefes ou sênior dos grandes bancos, que se estão beneficiando com a emissão de títulos públicos e com imensa lucratividade dos bancos no Brasil. Está aqui a lista.

Em segundo lugar, a CPI também levantou a lista de todos quantos ocuparam o COPOM no começo da década de 90 e onde eles foram parar: nos grandes bancos, ganhando milhões por mês. Eu pergunto aos senhores — e é uma pergunta direta — se isso não se traduz em conflito de interesses. Ou seja, o que define a taxa de juros não é uma fórmula matemática, não é uma discussão de pessoas técnicas etc. Há interesses políticos atrás. O mercado é ouvido para definir, Relator, a taxa de juros. E o mercado ganha mais com alta taxa de juros. Essa é que é a realidade. Está aqui provado. E eles são ouvidos ali do lado.



Em terceiro lugar, Sr. Presidente, o refinanciamento da própria dívida interna, a rolagem da dívida também é feita através da emissão de títulos públicos. E aí tem um problema real que é o seguinte: qual é a principal razão da explosão da dívida interna brasileira? É exatamente a alta taxa de juros brasileira. Ela se multiplica.

Então, nesse sentido, quero dizer o seguinte: como é que o Brasil acha que está bem tendo uma dívida interna bruta de 2 trilhões de reais, pagando 380 bilhões de reais de juros e amortizações da dívida?

Nós temos que humanizar esse debate. Nós não podemos mais continuar... E esse era o objetivo da CPI da Dívida.

Nós não obtivemos, Ministro Mantega, várias informações que não nos foram dadas. Por exemplo, sobre o detentor dos títulos públicos, Ministro Meirelles. O Banco Central enrolou a CPI e não nos mandou o perfil do detentor dos títulos públicos.

Eles afirmam que são distribuídos entre milhões de pessoas da classe média brasileira, mas, na verdade, os maiores detentores dos títulos brasileiros são os bancos e os grandes rentistas, concentradores.

Nesse processo todo, Presidente, nós pudemos ver várias ilegalidades sendo cometidas. Eu quero citar uma em particular, algo que eu entendo que foi feito rigorosamente, Ministro Mantega e Ministro Meirelles, para legalizar uma situação. Trata-se da edição da Medida Provisória nº 435, em particular, que permitiu a emissão, por exemplo, de títulos do Tesouro sem limite algum para entregar de graça ao Banco Central para este fazer política monetária, ou seja, se endividar junto ao mercado pagando os juros mais altos do mundo.

Depois essa Medida Provisória nº 435 foi perenizada pela votação da Medida Provisória nº 450. Ou seja, rigorosamente o Governo atua violando a própria Lei de Responsabilidade Fiscal — Lei Complementar nº 101, de 2000 —, que impede que o Banco Central emita títulos. Mas o que é isso? É uma burla. O Ministro Meirelles terminou sua fala dizendo assim: “*A questão da dívida é com o Mantega*”. (Riso.) Mas é ele quem opera junto ao mercado, e através disso! É por aí que emitem. Quer dizer, o Tesouro paga em dinheiro. Vocês emitem os títulos, pagam a taxa de juros mais altas do mundo, e aí todo mundo fica feliz, porque se diz o seguinte: o mercado



está tranquilo, nós compramos a confiança do mercado internacional e aqui também, do mercado interno, vale dizer, da especulação financeira internacional e nacional.

Por isso, esse dispositivo, na medida provisória, permitiu que recursos legalmente vinculados a diversas áreas fossem destinados ao pagamento da dívida, como, por exemplo, Ministro, 20 bilhões dos *royalties* do petróleo, 5 bilhões do FUNDAT, que é o fundo de apoio à fiscalização tributária, totalizando cerca de 50 bilhões, entre outras questões, o que também, na nossa opinião, representa algum grau de ilegalidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Deputado Ivan Valente, conclua, por favor.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Eu vou tentar concluir, Sr. Presidente.

V.Exa. sabe que nós estamos com esta CPI há 6 meses, Ministro Mantega, tentando ouvir autoridades. Aliás, nós tentamos ouvir autoridades dos governos anteriores, como o Ministro Malan e o Ministro Palocci, e isso foi vetado aqui na CPI.

Por isso, eu até faço um agradecimento especial aos 2 Ministros pela presença aqui hoje, prestigiando a nossa CPI, porque não se queria discutir, rigorosamente, o processo de endividamento. O nosso interesse, Ministro, é discutir o processo de endividamento e como é que nós chegamos a esse momento histórico. Claro, não quero monopolizar aqui, Sr. Presidente. Nós trabalhamos muito nesta CPI, apresentamos dezenas de requerimentos, convocamos dezenas de autoridades e nós vemos várias coisas que precisam ser questionadas, inclusive a Cláusula de Ação Coletiva. Peço a V.Exas. que se manifestem sobre a utilização da CAC — Cláusula de Ação Coletiva, já que eu não tenho tempo para desenvolver todo esse processo. E também sobre as operações de mercado aberto.

Finalizo, Sr. Presidente, dizendo o seguinte. O Brasil, o Congresso brasileiro, inclusive, Ministro Mantega, já fez trabalhos sobre a dívida externa brasileira. Inclusive, o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso comandou a Comissão Especial; Severo Gomes; Luiz Salomão, Deputado do Rio de Janeiro. São trabalhos, inclusive, que a nossa assessoria procurou resgatar no embate da dívida externa, porque a dívida externa tem a ver com a dívida interna brasileira. Ela girou. Hoje ela pode parecer o maior problema.



A questão central é a seguinte: qual é o medo do Governo de fazer uma auditoria da dívida pública brasileira? O Equador fez uma auditoria da dívida via governo e cancelou, através de investigações que mostraram imensas irregularidades, ilegalidades e não-vontade de governantes de cumprir a própria lei... Eles conseguiram renegociar a dívida. Noventa e um por cento da dívida foi cancelada no Equador. Um exemplo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Para concluir, Deputado.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - A ideia de que a nossa escolha tem que ser esta de fazer o que o mercado quer, na minha opinião, está errada.

O SR. DEPUTADO LEONARDO QUINTÃO - Sr. Presidente, os outros Parlamentares gostariam de usar da palavra.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - É por isso, Sr. Presidente, que nós pedimos nesta CPI: vamos enviar o relatório ao Ministério Público, vamos pedir uma auditoria da dívida pública brasileira, vamos tentar localizar as ilegalidades e as irregularidades e mostrar que o grande nó do desenvolvimento brasileiro, da pobreza, do subdesenvolvimento, da falta de soberania está exatamente no problema da dívida pública brasileira. Ela é um grande problema. Ela não é um pequeno problema, seja a externa ou a interna, como nós tentamos demonstrar.

Agradeço, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Obrigado, Deputado Ivan Valente.

Apenas para esclarecer aqui, Deputado Ivan, a nossa CPI tem todo o poder de fazer toda a auditoria que a legislação e a Constituição Federal nos atribui.

Com a palavra o Deputado Paulo Rubem Santiago.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, prezados Ministros Guido Mantega e Henrique Meirelles, Presidente do Banco Central, eu fui o autor do primeiro requerimento que esperava que fosse a primeira audiência pública, que seria exatamente para ouvir o Ministro da Fazenda e o Presidente do Banco Central. E eu o fiz de forma impessoal, sem qualquer referência às pessoas do Ministro da Fazenda e do Presidente do Banco Central, mais pelo fato de serem hoje como talvez alguns de nós ou outras autoridades



possam a vir a sê-lo no próximo governo ou daqui a 2 mandatos, porque tratamos da questão de forma institucional. E esperei como um condenado espera pela remissão da pena, embora não tenha cometido crime, que esta audiência acontecesse. Só que hoje votaremos aqui ao lado, na Comissão de Educação, o relatório da PEC que cria o Sistema Nacional de Cultura, e eu sou o Relator. Então, a qualquer momento talvez eu tenha que me retirar por essa razão e quero comunicá-los antecipadamente.

Sr. Presidente, nos últimos tempos, muitos de nós temos compartilhado o estudo da dívida pública com algumas outras leituras mais leves e eu tenho me interessado muito pelo cinema. Ouvindo as exposições dos Ministros, se nós fôssemos substituí-las por um título de um filme, talvez eu pudesse escolher *Alice no País das Maravilhas*, porque às vezes a divergência de números, frente a estudos acadêmicos que já estão publicados por nossas universidades, avaliações que são publicadas de modo comparativo entre países da América Latina, países da zona do euro, do Hemisfério Norte e países do continente asiático, faz com que nós nos sintamos estranhos no ninho. E quando nós voltamos a analisar a história da dívida pública brasileira, da relação das decisões econômicas, política fiscal, monetária, cambial, nós percebemos que, na verdade, não somos estranhos no ninho, somos todos normais. E o que interessa, na verdade, é discutir a partilha dos recursos públicos, porque o que pode parecer *Alice no País das Maravilhas* pode não deixar de ser *Sonhos de uma Noite de Verão*, como nós vimos em outros contextos em que os números foram apresentados.

Nós, durante os trabalhos desta CPI, recebemos aqui alguns testemunhos. O primeiro deles que eu quero ressaltar e que em parte coincide com parte da declaração do Ministro Mantega, foi a do Prof. Carlos Lessa, que teve o cuidado sereno de tratar dívida pública não como algo em si pecaminoso, prejudicial ou nefasto para o desenvolvimento de um país, de uma empresa ou de uma pessoa física, mas teve o cuidado, a honestidade ética, a honestidade econômica de provocar a CPI a analisar de que se constitui a dívida pública hoje no País; hoje, na sua maioria, ou ao longo do período de sua formação, tomando aleatoriamente o início da década de 90 e hoje praticamente o início da segunda década do século XXI. E nós vamos observar que se anteriormente se poderia administrar uma dívida



e ela tivesse relação com o investimento na infraestrutura, com a ampliação da capacidade do Estado brasileiro de financiar a inclusão social, a melhoria dos indicadores de qualidade de vida da população, porque qualidade de vida não é só consumo, aos dados que foram apresentados pelo Presidente do Banco Central eu somaria os dados da educação básica brasileira, as taxas de homicídios de jovens e adolescentes publicadas agora, para que o Ministro Henrique Meirelles não permaneça na superestrutura dos indicadores macroeconômicos, porque o País em que ele vive é o mesmo em que nós vivemos. E se esses indicadores podem parecer virtuosos, eu diria que nós saímos de um círculo vicioso não para um círculo virtuoso, mas sim para um círculo viciado, que é o vício de uma década de políticas que são decididas ao arrepio do contraditório, ao arrepio da análise cuidadosa dos impactos dessas políticas no conjunto das informações sobre a economia.

Nós recebemos aqui o Prof. Carlos Lessa e ele teve o cuidado, a ética profissional, como professor e economista, de expor quais são os verdadeiros problemas que uma dívida pública pode gerar, no Brasil, na Alemanha, na Grécia, na Itália, na Dinamarca, na Noruega e no Japão. Em segundo lugar, de que maneira a natureza dessa dívida faz com que as decisões que são tomadas para administrá-la reduzam o montante da dívida em valores monetários em relação ao PIB ou incrementem esses valores em relação ao PIB ou em relação aos valores monetários.

E recebemos também aqui, recentemente, o depoimento da Profa. Maria de Lourdes Rollemberg Mollo, titular da cátedra de Economia da Universidade de Brasília, que, num trabalho absolutamente calcado em pesquisa acadêmica, com dados oficiais das instituições internacionais e do Banco Central, mostra o problema da taxa de juros para a economia brasileira.

O Presidente do Banco Central, quando expôs em um dos gráficos a evolução da formação bruta de capital fixo, não expôs a relação com o PIB. Deveria tê-lo feito, porque esse é um indicador que serve de referência, embora saibamos que toda relação com o PIB é uma relação de numerador e denominador. E está comprovado, a partir de estudos de uma tese de doutorado que foi citada aqui pela Profa. Maria de Lourdes, que nós estamos envolvendo, exatamente pela pertinência do impacto da taxa de juros no custo do crédito e na capacidade de desenvolvimento. A média dos



anos 80 foi de uma relação de 22,21% em relação ao PIB. A média da década de 2000 até 2006 é de 16,41%, ou seja, nós involuimos quase 6 pontos percentuais.

E, a partir da explanação do Prof. Lessa e da Profa. Maria de Lourdes, o que nos chama a atenção? Primeiro, a dívida pública não é um corpo celeste isolado no espaço. Não é sequer um corpo. A dívida pública é o reflexo de um conjunto de relações nas quais se movem outros vetores. Concordo com o Deputado Ivan Valente e o faço, Presidente Meirelles, de forma impessoal. Não adianta remeter para o Ministério da Fazenda a dívida pública e os outros indicadores para o Banco Central ou para qualquer outro ente de autoridade econômico-monetária do País. Por quê? Porque a dívida pública é fruto de relações provocadas por um conjunto de decisões que se materializam num conjunto de ações que são tomadas em função de diagnósticos. E se nós retroagirmos a 1999, quando começou esse processo robusto, como se diz, de enfrentamento da inflação mediante a administração da taxa de juros? Começou pelo diagnóstico de que a nossa inflação era de demanda e que a melhor forma de se atacar a inflação de demanda era fixar uma meta e o indicador da análise da inflação era o IPCA e o remédio para manter a inflação no centro da meta era administração da taxa de juros. De lá para cá, o que aconteceu? Primeiro, com a reforma monetária de 1994, a economia foi desindexada. Não é verdade? Agora, ninguém responde por que até hoje a remuneração dos títulos da dívida mobiliária está indexada à mesma taxa de juros que é utilizada para manter a inflação no centro da meta. Falta explicar. Nós não estamos numa economia desindexada? Por que é o mercado que indexa a taxa de juros? O Ministro Mantega fez referência, com muita sabedoria, à pressão dos foros internacionais, das instituições multilaterais aos países em situação de crise, como a Grécia. Mas por que é que a decisão sobre a remuneração da dívida mobiliária tem que ser indexada à mesma taxa de juros SELIC, na maior parte do seu estoque, que é usada para manter a inflação no centro da meta?

E aí, meu caro Presidente Henrique Meirelles, se desfaz, se desconstitui a transferência de responsabilidade que V.Exa. passa para o Ministro Mantega, porque, na medida em que a manipulação, a administração da taxa de inflação para manter a inflação no centro da meta entra nos demais universos, aí entra na questão cambial, estão aqui os números comprovados, eu posso passar para o Ministro



Mantega, para o Ministro Meirelles, em que se baseou a Profa. Maria de Lourdes Rollemberg Mollo para tratar dessa relação. Nós passamos a ter, como consequência perversa da taxa de juros que indexa os títulos da dívida mobiliária, a mesma taxa utilizada para manter a inflação no centro da meta, uma enxurrada de capitais que vêm maciçamente por um excesso de liquidez no mercado internacional e mira não comprar terra para plantar, não comprar máquina para produzir. Esse ciclo da aquisição de ativos passou-se de 1994 a 1998, porque os países não tinham mais como remunerar o endividamento externo. Aí contratos da dívida externa deixaram de ser a bola da vez, como muito bem definiu Belluzzo no seu brilhante *Ensaio sobre Capitalismo no Século XX*. Os países foram aprisionados pelo excesso de liquidez no mercado internacional. Veio a dívida externa, quebrou-se a paridade, afundaram-se os países no endividamento. Não tem mais como remunerar o endividamento externo, vem a bola da vez: os ativos. O Brasil fez o maior programa de privatização, de alienação de ativos. Não tem mais o que vender, vai para a dívida mobiliária. E aí o que acontece? Nós hoje somos deficitários no balanço de pagamentos, como nunca havíamos sido nos últimos 10 anos. Nunca havíamos sido.

E a segunda consequência: apreciação cambial. Qual é a resposta das autoridades à apreciação cambial que impacta a dívida pública? Por isso não há fronteira entre Banco Central e Ministério da Fazenda. Qual é a intervenção que se faz para combater a apreciação do câmbio? Banco Central e Tesouro Nacional, juntos, adquirem moeda no mercado. Adquirem moeda no mercado, automaticamente emitem título público, porque a razão primária do diagnóstico da inflação é excesso de demanda. Então, aumentou a base monetária, enxuga a base monetária com a emissão de título público. Aumenta, mais uma vez, a dívida pública. Como consequência, primeiro, da entrada maciça de capitais externos, como consequência primária da elevação da taxa de juros. Qual é a consequência terciária: apreciação do real. Qual é a consequência prática da apreciação do real na inserção da economia brasileira no comércio internacional? Está aqui. O Brasil voltou, Sr. Presidente, à condição de produtor cativo de produtos básicos — em 1999, a nossa exportação atingia 24,57% de produtos básicos; em 2009, 41,97%. Isso é bom, Ministro Meirelles?



Em 1999, 16,68%, semimanufaturados; em 2009, 12,93% de semimanufaturados.

Em 1999, 56,9% de produtos manufaturados; em 2009, 43,04% de produtos manufaturados.

Ou seja, nós estamos involuindo e já ocupam espaços na mídia econômica analistas e consultores dizendo aquilo que Celso Furtado, há 50 anos, já denunciava, em *Formação Econômica do Brasil*, como um desafio a ser superado. Nós temos vantagens comparativas, nós somos os reis das *commodities*. Se o mundo crescer, arrasta o Brasil junto. E nós vamos continuar, *ad infinitum*, sendo os reis das *commodities*, os reis do minério, da soja, da carne de corte, da laranja, do etanol, do açúcar, produtos primários? E por que isso acontece? Por conta dessa relação da política monetária, da intervenção cambial e da economia fiscal.

Na verdade, como muito bem descreveu Leda Paulani, no *Brasil Delivery*, há um dogma que precisa ser enfrentado no País, esse dogma de que o Brasil só constrói desenvolvimento se atrair poupança externa. Os dados comprovam: nós somos exportadores líquidos de poupança fiscal. Talvez por isso o Hino continue dizendo “*deitado eternamente em berço esplêndido*”.

Nós estamos exportando poupança fiscal, que falta para financiar infraestrutura, que falta para universalizar a educação básica, que falta para colocar o Brasil não na 5ª posição em homicídios de jovens e adolescentes de 15 a 24 anos, mas na 60ª, na 80ª posição, como estão o Japão, a Austrália, a Alemanha, a Dinamarca, a Noruega. Eu chamo isto de miopia macroeconômica e falo de forma impessoal: a tentativa de arrastar todo um País para um conjunto de indicadores, como se as pessoas vivessem, na hora de matricular o filho numa escola pública, na hora de ter saneamento adequado na sua comunidade. Sete ponto quatro de desemprego, meu caro Ministro Meirelles, com todo respeito, é uma lástima para um País que se arvora, em 10 anos, ser a 5ª potência econômica do mundo.

Então, nós temos, Sr. Presidente — já estão me ligando da Comissão de Educação, me perdoem —, que desmontar algumas engrenagens. E acho que o tempo de 10 anos, 1999, regime de metas de inflação, 2010/2011, é um tempo maduro. Todos nós sabemos que não se mexe em variáveis de forma abrupta. Nós temos que desmontar algumas questões.



E eu vou deixar aqui algumas sugestões que são parte, hoje, da literatura acadêmica, do debate macroeconômico, embora seja um debate quase que proibido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Para encerrar.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Discutir alternativa é praticamente crime, do ponto de vista dos cenários macroeconômicos.

Ponto de partida. O IPCA como indicador da meta de inflação. Trinta por cento dos preços do IPCA são administrados. Quem tem a melhor definição sobre o que é o preço administrado? O Banco Central.

Qual é o impacto da taxa de juro nos preços administrativos? Zero. Está lá em André Modenesi, *Economia Monetária e Financeira*, um estudo claro: o impacto da taxa de juro nos preços administrados é nenhum.

Por que não reconstruir o índice que passe a ser utilizado para se discutir o controle da inflação? Para que a gente não caia aqui na discussão de que uns querem a estabilidade e outros querem a volta para o passado. Não, eu vou voltar a um novo título de filme *De Volta para o Futuro*. Eu não quero voltar para o passado, *Os Caçadores da Arca Perdida*. Eu quero voltar para o futuro, sonhar que este País pode fazer a partilha de forma justa e adequada.

Então, primeiro: rediscutir o IPCA com a sua composição, porque ele é equivocado. Segundo: prêmio de risco. Quem confere prêmio de risco? Quando a gente usa a expressão prêmio de risco, está se referindo a que conjunto de interesses e a que conjunto de agentes? Porque se não for esclarecido nós vamos voltar para o que disse o Ministro Mantega: países mais fortes, instituições multilaterais querem mandar na economia dos países.

Quem é que confere o prêmio de risco? Quais são os agentes: o mercado?

Então, primeiro, redefinir o IPCA; segundo, concordo com o Deputado Ivan Valente, uma auditoria profunda de todos os contratos; terceiro, desmontar essa bomba-relógio da relação da política monetária com a política cambial.

O Brasil não pode... Quando se diz ao País que nós temos 200 e tantos bilhões de reserva, vamos ser um pouco mais didáticos, vamos ser um pouco mais claros, sinceros com a população. Como é que foram compostas essas reservas? Quanto dessas reservas de estoque, Sr. Presidente Henrique Meirelles, é dólar fruto



da exportação? Quanto? Feito o colesterol bom na corrente sanguínea. E quanto é dólar ruim, que é adquirido no mercado e que gera emissão de título para enxugar a base monetária?

Vamos ser honestos com a sociedade brasileira. Vamos dizer a verdade, em vez de ficar sapecando na mídia: 200 e tantos bilhões de reserva. Como foram constituídas essas reservas?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Deputado Paulo Rubem, por favor, encerre.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Então isso precisa ser desmontado, porque isso está transformando o Brasil, embora alguns imaginem que nós vamos chegar a ser a 5ª potência econômica do mundo, num País que está involuindo, está voltando a ser produtor de produtos básicos.

Ou o País administra melhor sua poupança fiscal e faz dessa poupança fiscal a alavanca de desenvolvimento social na infraestrutura e na capacidade produtiva, para não desmoralizar a capacidade exportadora brasileira ou vamos ficar embriagados num baile da ilha fiscal, ...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Por favor, Deputado.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - ...com os números macroeconômicos de costas para um país real. Pergunte aos exportadores, pergunte às entidades que representam os exportadores qual é o custo dessa apreciação cambial, qual é o custo dessa política cambial fortemente influenciada pela política monetária.

Não estou fazendo discurso ideológico. Estou me mantendo em cima dos dados e das teses que foram produzidas e que estão à disposição nossa, do Ministro Mantega, do Ministro Meirelles e de todos aqueles que queiram consultá-las como elemento de reflexão.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Apenas para esclarecer aos nossos debatedores. Esses 3 primeiros que falaram, o Relator e os 2 Deputados — o Deputado Paulo Rubem excedeu bastante — têm tempo especial de 15 minutos, porque foram autores do requerimento. Daqui para frente, os outros terão tempo normal. Então, queria pedir a resposta dos nossos 2 convidados, mas não



poderia deixar, como já fiz em outras vezes, Deputado Paulo Rubem, até porque cada vez temos convidados novos, pessoas novas...

O trabalho desta Comissão foi discutido no primeiro dia, quando nós decidimos aqui... Havia uma dúvida se os Ministros seriam no início ou no final. Quem decidiu foi o Plenário que o primeiro convidado seria o Secretário do Tesouro que é quem cuida da dívida. Depois, com o acervo de pesquisas, dados e investigações, os Ministros iriam para o final. Então, espero de V.Exa...

Sou obrigado a falar isso toda vez, porque fica parecendo que houve algum tipo de manipulação. Não vou aceitar isso nunca. Já respondi isso aqui várias vezes, e V.Exa. sempre volta a esse tema que foi decidido aqui por todos: que nós começaríamos pelo Secretário do Tesouro e encerraríamos com o Ministro.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Sr. Presidente, V.Exa. me citou. Só queria dizer que não usei, em tempo algum, a expressão “manipulação”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Mas dá essa impressão.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Eu, como autor do requerimento, defendi que fosse a primeira audiência. A maioria não quis.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Sim, mas a imensa maioria aqui, quase que por unanimidade...

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Mas reitero meu ponto de vista. Só isso. Quem está manipulando a informação não sou eu.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Não. Isso eu não vou aceitar, não vou aceitar, Deputado, porque foi uma decisão de todos e uma decisão lógica. Poderia vir um Ministro no início e o Secretário do Tesouro no final. Talvez fosse outra lógica e não que viesse duas vezes: para abrir e para encerrar. Não era essa intenção de ninguém. Então, não vou deixar nunca de dar esse esclarecimento.

Qual dos 2 Ministros quer fazer rápida explanação? (*Pausa.*)

Seria uma rápida explanação, depois volto ao Ministro Guido.

Por favor.

O SR. MINISTRO HENRIQUE DE CAMPOS MEIRELLES - Pois não. Antes de o Ministro Mantega começar a responder as perguntas, gostaria de mencionar uma colocação feita pelo Deputado Paulo Rubem Santiago e também mencionada



de outra forma pelo Deputado Ivan Valente referente à questão da responsabilidade pela gestão da dívida pública e a questão do que influencia o conjunto de ações.

Em primeiro lugar, gostaria de dizer que concordo integralmente com o Deputado no sentido de que um conjunto de ações do Governo como um todo influencia evidentemente os resultados da dívida pública. Aliás, falei isso várias vezes durante a minha apresentação quando mostrei um conjunto de ações que vão levando a uma série de fatores, inclusive passando por problemas de risco etc. na evolução da dívida pública. E foi a razão que fiz toda a minha apresentação: baseado nos efeitos, na estabilidade macroeconômica, etc. Então, concordamos integralmente nesse aspecto.

Da mesma maneira, na questão, Deputado Ivan Valente, da gestão da política monetária e na questão principalmente da captação de recursos para os financiamentos das reservas, etc., isto é uma responsabilidade do Banco Central. Apenas mencionei que do ponto de vista específico dos detalhes da dívida pública mobiliária e da dívida interna e externa e também da dívida bruta *versus* líquida, essa parte de gestão específica era uma parte que eu não entraria e não ficaria elaborando sobre isso, porque seria certamente algo que já tinha sido endereçado pelo Ministro Mantega, que faz essa gestão. Agora, que um conjunto de ações inclusive do Banco Central tem efeito sobre a dívida pública é inegável. Por isso estamos aqui, por isso estamos discutindo e por isso fiz toda a minha explanação mostrando um conjunto de ações.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Muito obrigado, Ministro Meirelles.

Com a palavra o Sr. Ministro Guido Mantega.

O SR. MINISTRO GUIDO MANTEGA Obrigado, Presidente.

Queria começar aqui com as questões colocadas pelo Sr. Deputado Pedro Novais. Queria dizer o seguinte: de fato, é importante levarmos em consideração a dívida bruta e a dívida líquida; os 2 parâmetros. Dou mais importância à dívida líquida, porque ela leva em consideração as reservas. Se você olhar apenas para a dívida bruta não vai ver os ativos que o País tem. Então, vamos imaginar: o País tem uma dívida de 1 milhão e não tem reserva nenhuma. Então, ele tem uma dívida líquida e bruta de 1 milhão. Mas se ele tem 200 mil em reserva, a dívida líquida é de



800; não é de 1 milhão. O que faz efeito na economia brasileira é a líquida e não a bruta. Senão nós vamos considerar um fato extremamente relevante da vida econômica brasileira da atualidade, que é o de pela primeira vez termos volume respeitável de reservas no País de 245 bilhões de dólares. Isso faz toda a diferença, conforme foi visto na crise pela qual passamos — e passamos bem —, entre outras coisas, porque tínhamos reservas e porque estávamos sólidos. Senão teria acontecido o que aconteceu no passado, risco de *default*, etc. Então, considero mais importante a dívida líquida pelas razões que coloquei.

Diria que esses ativos financeiros mencionados... Então, nós temos 246 bilhões de dólares, dá quase 500 bilhões de reais, eles são líquidos — estão à disposição, podemos usá-los —, absolutamente líquidos, não há nada engessado aí. Poderão ser usados a qualquer momento sem maiores dificuldades.

Na crise, nós tivemos que tomar medidas excepcionais, como todos os países fizeram. Aliás, no Brasil, as medidas foram mais eficazes do que em outros países. Por exemplo: estimular a ação do BNDES. Passamos, no primeiro momento da crise, 100 bilhões de reais para o BNDES. Isso foi absolutamente necessário e imprescindível para dar liquidez à economia, recursos para investimento. Absolutamente salutar. Não fechamos nenhum buraco como foi feito em outros países que tiveram de socorrer os bancos, puseram dinheiro do erário, do contribuinte para cobrir a irresponsabilidade que bancos privados tinham cometido lá. Aqui, não foi nada disso. O que nós fizemos, no momento de escassez de crédito mundial, foi colocar, além da liberação de compulsório, 100 bilhões num primeiro momento no BNDES. O BNDES fez o quê? Procurou reativar o investimento do País, que, num primeiro momento, se retraiu por motivos óbvios. E, de fato, teve muita eficácia, porque o investimento deslanchou. Hoje, estamos com o crescimento do investimento da ordem de 16%, 17% em relação ao ano anterior. Portanto, sucesso absoluto. Esse recurso aumenta a dívida bruta? É verdade, aumenta. Ele, porém, é um recurso que será devolvido, retornará. São investimentos produtivos. Portanto, serão retornados ao Estado. É diferente de quando você aumenta a dívida para pagar juros ou para financiar consumo, como já foi feito no passado. Aí, fica a dívida, você não tem nada, para depois devolvê-la. Aqui, não. São recursos sólidos de expansão de empresas, de riqueza, etc. Então, parece-me que foi extremamente



produtivo. E neste ano de 2010, vamos colocar mais 80 bilhões no BNDES para que ele dê prosseguimento aos programas de investimento, que são absolutamente salutares.

Queria dizer que, entre outras coisas, o efeito dessa medida é reduzir a taxa de juros, porque o BNDES cobra as menores taxas de juros do mercado. Portanto, nós temos taxas de juros competitivas quando se trata do BNDES. Nós criamos um programa, também na crise, chamado PSI — Programa de Sustentação do Investimento, para a aquisição de máquinas e equipamentos, aquisição, por exemplo, de máquinas agrícolas. Os agricultores usaram esse programa de modo a aumentar a produtividade, a renda. Esse programa cobra juros até de 4,5% — começa em 4,5% ao ano, sem nenhuma adição. Portanto, estimulou a retomada desses setores. Esses setores já estão funcionando normalmente. Portanto, não nos esqueçamos: parece que pelas falas aqui esqueçamos que tivemos uma crise extraordinária no ano passado. Já esqueçamos porque nós a superamos — os outros países não esqueceram, porque ainda estão às voltas com ela — graças a medidas como essa que tomamos: de colocar recursos no BNDES. Não tenho nenhuma dúvida de que foi acertado. Faria isso de novo. Foi num período de crise. É claro que o BNDES não vai continuar dispondo desses recursos do Tesouro, e o mercado deverá responder melhor às necessidades de crédito.

Eu queria dizer que em nenhum momento nós discordamos ou violamos a Lei de Responsabilidade Fiscal. Foi feito tudo absolutamente dentro da lei, dentro da legislação.

Eu sou o principal defensor da Lei de Responsabilidade Fiscal. Inclusive, quero dizer que sou contrário a esse projeto, que está tramitando no Senado, de flexibilização da Lei de Responsabilidade Fiscal. Eu acho que temos que manter a Lei de Responsabilidade Fiscal. Muitas vezes até existem argumentos consistentes para fazer uma ou outra mudança. Mas a questão é a seguinte: se você abrir um pouquinho a porta, ela poderá ser escancarada, e aí vai para o vinagre. Então, eu sou contrário, mesmo quando há argumentos relevantes para fazer alguma mudança. Sou contra qualquer mudança. Isso não prejudicou os Estados porque, dentro da Lei de Responsabilidade Fiscal, nós avaliamos a capacidade de endividamento dos Estados brasileiros. Isso é dentro das regras. Existem regras



claras, transparentes que nós utilizamos. Quando melhora a situação fiscal de um Estado, ou seja, ele arrecadou mais, ele está pagando as suas dívidas, teve melhoria, ele ganha capacidade de endividamento. Em função disso foi que nós aumentamos o espaço fiscal dos Estados brasileiros. Acho que todos os Estados, com exceção de 1, que tinham problemas específicos, a Lei de Responsabilidade Fiscal não permitia. Nós aumentamos o espaço fiscal, de 2007 a 2009, dos Estados brasileiros, 35 bilhões de reais. Praticamente todos os Estados se beneficiaram. Com projetos definidos, todos projetos de investimento: é metrô, é saneamento, melhorias urbanas. Projetos bem definidos que se traduziram em créditos do Banco Mundial, do BID e mesmo e do BNDES. Portanto, realmente, a Lei de Responsabilidade Fiscal — é bom que seja respeitada — não impediu, por causa da melhoria fiscal de todos os Estados e também do Estado brasileiro o aumento do espaço fiscal para os Estados, de modo que todos puderam atuar. Todos os Estados, sem distinção, desde o maior até o menor, tiveram um espaço para fazer investimentos e melhorias econômicas e sociais em todos os itens.

Respondendo ao Deputado Ivan Valente, queria dizer que eu também não gosto de pagamento de juros. Os juros, no passado, penalizaram muito o nosso País. Isso é verdade. O Brasil chegou a ser campeão mundial de juros, pagando 40%, 50% de juros ao ano, pagando juros reais de 20% ao ano. Realmente isso é um absurdo. Mas fomos levados a essa situação, que muito penalizou o nosso País.

Queria dizer que a nossa situação de hoje não tem nada a ver com essa situação do passado. O passado está superado. É um equívoco dizer que nós estamos pagando 36% de juros — juros e amortização. Amortização é rolagem da dívida. Significa que há títulos vencendo, e você paga o título, a contabilidade nacional registra esse pagamento, é amortização, e depois você coloca um outro título no mercado. Quer dizer, o pagamento de juros, Deputado, embora... Do Orçamento, o pagamento de juros no Orçamento, que é o que importa, no ano passado, foi 5,4% do PIB.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. MINISTRO GUIDO MANTEGA - Cinco ponto quatro por cento do PIB, exatamente, em números brutos. Cinco e quarenta e quatro, para ser exato. Este ano deverá ser 4,8. É alto? É alto, ainda acho que é alto. Só que nós vamos olhar o



que avançou. Porque nós pagávamos até pouco tempo atrás 7%, 8% do PIB em juros, o que de fato é um absurdo, não sobra nada para o Estado. Mas hoje os juros são menores, de fato. Ainda altos, ainda mais altos do que deverão ser no futuro, porém muito menores do que no passado. Então, hoje, nós estamos pagando o menor volume de juros.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Ministro, mas o senhor não está incluindo a amortização.

O SR. MINISTRO GUIDO MANTEGA - Amortização, Deputado...

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - E é isso mesmo: é 380. Não é a rolagem, não. A rolagem ia dar muito mais. Ela não está incluída aí no Orçamento.

O SR. MINISTRO GUIDO MANTEGA - Amortização, Deputado, é simplesmente você pagar o título vencido. É só isso. É amortização. Você contraiu o empréstimo,...

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sim, mas é...

O SR. MINISTRO GUIDO MANTEGA - ...o empréstimo venceu, você tem que pagar.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sim, mas é...

O SR. MINISTRO GUIDO MANTEGA - Então isso não é...

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sai do Orçamento.

O SR. MINISTRO GUIDO MANTEGA - Entra e sai do Orçamento. Realmente, essa parte não tem impacto, porque não mexe com a disponibilidade orçamentária. Ela entra e sai, ela é contabilizada duas, 3 vezes no Orçamento.

Eu sugeriria ao Deputado que olhasse só a receita administrada. Em vez de olhar todos esses números que contabilizam várias vezes — nós temos que fazer assim, que é a contabilidade nacional —, olhasse assim: receita administrada, resultado primário, que é receita e despesa, e pagamento de juros.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Exato.

O SR. MINISTRO GUIDO MANTEGA - Isso que é o relevante. Pagamento de juros eu lhe digo: 5,4% do PIB. É alto? É alto. Mas é muito mais baixo do que pagávamos no passado. Estamos indo na direção correta. Este ano já será 4,8%. E eu espero, Deputado, que, proximamente, no futuro, não seja mais 4,8%, seja 3,5%,



seja 3%, porque o Brasil tem condições para que caminhemos para esse patamar. Agora, tem que pagar. Você tem dívida, você tem que pagar.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Mas, isso vem do Orçamento. Isso é esforço nacional.

O SR. MINISTRO GUIDO MANTEGA - Agora, eu quero dizer o seguinte: a dívida externa não é mais um problema. Não é! A dívida externa foi um grande problema, conforme eu comecei aqui na minha exposição. Concordo plenamente. Foi um sério problema para o País. Era uma questão que nos deixava manietados, à mercê dos credores internacionais, seguindo ordens aqui. Era uma situação vexaminosa. Essa situação não existe mais. Então, não pode se dizer que é um problema. Os juros são muito menores, que nós pagamos, e não são os maiores do mundo. Os juros da dívida externa brasileira não são os maiores do mundo. Eu disse um *global* de 30 anos, 5,8 acima do dólar. Se você tirar a inflação real, sobra 2%, 3%. É um juro bastante razoável. Então, nós não estamos pagando juros escorchantes como pagávamos no passado.

De fato, a dívida externa foi transformada em dívida interna. Por quê? É muito melhor você ter a dívida interna, é mais fácil de rolar, não depende de flutuações do mercado internacional, dos humores do mercado internacional, das taxas de juros do mercado internacional. Ela é muito melhor administrada. Então, isso foi uma política explícita de redução da dívida externa. Agora, não foi só a dívida externa que caiu, caiu a dívida interna. Ouvimos aqui falas em que parece que a dívida aumentou, mas a dívida está diminuindo. Eu mostrei aos senhores: a dívida externa e a dívida pública estão diminuindo. Está certo? Então, estamos caminhando...

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - O senhor está incluindo as operações de mercado abertas na sua conta?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Deputado Ivan Valente, por favor. A última réplica sua, Deputado Ivan. V.Exa. exerceu 3 vezes já, de uma maneira pouco regimental. V.Exa. já exerceu o direito de réplica.

O SR. DEPUTADO LEONARDO QUINTÃO - Sr. Presidente, eu gostaria também, se vossa presidência liberar a fala, de utilizar da fala.

O SR. MINISTRO GUIDO MANTEGA - Eu mostrei ali um quadro com a trajetória da dívida pública total. Inclui tudo que você quiser, e a dívida pública está



diminuindo. Ela está hoje em torno de 40% do PIB, ela aumentou um pouco no ano passado. Mas nos outros países aumentou muito.

Hoje a dívida pública brasileira é menor do que na maioria dos países avançados. É só dizer isso. Então, inverteu a situação, Deputado! Nós temos a dívida menor do que a dívida americana, do que a dívida italiana, do que a dívida japonesa. Então, nós temos uma dívida menor. Então, nós estamos em uma situação muito melhor do que estávamos no passado.

O senhor mencionou operações de recompra. De fato, periodicamente, porque esses títulos são muito longos, 30 anos, há título de 20 anos, de 10 anos, nós fazemos eventualmente recompra. Fizemos uma recompra, fazemos às vezes em momentos de tensão do mercado, porque aí há medo no mercado internacional, e alguns querem se desfazer ou temem ficar com títulos brasileiros. Nos momentos que nós fizemos, fizemos não com ágio, mas com deságio, ganhando dinheiro. Passado o momento, a gente ganha o dinheiro. Depois, eu posso lhe mostrar. Nós só ganhamos e não perdemos em momentos que fizemos isso.

É um equívoco dizer que o Fundo Monetário continua ditando regras aqui. É um grande equívoco! É um grande... Não está incorporado, porque... O senhor sabe muito bem, me conhece há muito tempo, sabe como eu penso, e eu sou o Governador do Brasil no Fundo Monetário. Hoje, nós é que dizemos ao Fundo Monetário aquilo que pensamos e como devem ser conduzidos. O Fundo Monetário mudou a sua forma de atuação.

Os senhores devem ter percebido que, quando começou a crise, o Fundo Monetário recomendou aumento do gasto fiscal, coisa que ele nunca fez no passado. Ele subscreveu mudanças que nós fizemos. Recentemente, quando nós colocamos o imposto sobre operações financeiras, sobre o capital de curto prazo, coisas que, acho, o senhor deve ter gostado, não sei se confessamente ou não, mas, enfim, fizemos uma taxaço. O Fundo Monetário, depois, saiu dizendo que era positivo, que os países poderiam fazer controle de capitais, que estava adequado. Não sei se foi o contrário.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Mas já deveria ter sido feito.

O SR. MINISTRO GUIDO MANTEGA - Bom, mas tudo bem, eu também acho, devia ter sido feito há 50 anos atrás. Só que, enfim, não era possível fazê-lo.



Quando foi possível, fizemos. Em vez de ficar chorando o passado, vamos olhar aquilo que conquistamos no presente que é muito melhor.

Então, repito: não só nós não estamos subordinados ao Fundo Monetário como nós hoje temos um papel destacado no G-20, que é mais importante do que o Fundo Monetário, e que está articulando ações internacionais.

Nós temos um papel de destaque. Em 2008, eu fui presidente do G-20. Nós continuamos, em 2009, administrando o G-20. Portanto, hoje, o Brasil mudou de situação. O Brasil não é mais aquele país subordinado, ou subdesenvolvido, como alguém mencionou aqui — acho que o Deputado Paulo Santiago falou em subdesenvolvido. Não sei se falou. Então, me enganei.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Eu citei Celso Furtado.

O SR. MINISTRO GUIDO MANTEGA - É que Celso Furtado leva a subdesenvolvimento.

Não se fala mais em subdesenvolvimento, porque o País mudou. De fato, ele não é mais subdesenvolvido. É inadequado usar essa palavra.

Bom, eu não concordo que eu tenha batido cabeça com o Meirelles, mesmo porque falta proteção nas nossas cabeças. Se houvesse batido poderia causar danos.

Então, não é recomendável que haja essa prática. Também não é verdade que o Brasil pague as maiores taxas de juros do mundo, mas está alto ainda. Não lá fora. Na dívida externa não. Na dívida interna, eu diria, que nós estamos caminhando na redução.

Meirelles mostrou, num quadro, como os juros vêm caindo no Brasil.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. MINISTRO GUIDO MANTEGA - Você pode não estar satisfeito, mas que vêm caindo, vêm caindo. Sem dizer que o crédito livre vem diminuindo na economia brasileira. O crédito liberado pelo Governo — o Governo aumentou a sua participação, nos últimos tempos —, no crédito, hoje, os bancos públicos (BNDES, Banco do Brasil etc.) são responsáveis por mais de 40% do crédito no País, e as taxas de juros dos bancos públicos são menores do que as do setor privado. Então, há esse avanço.



O BNDES hoje representa uma parte importante desse crédito, o Banco do Brasil também, todos cobrando juros menores. Então, não dá para olhar só para a SELIC. Temos que olhar também para os demais.

Não vejo onde há a explosão da dívida interna. Não há uma explosão da dívida interna. Ela está diminuindo em relação ao PIB. Essa emissão de títulos do Tesouro para pagar o Banco Central é absolutamente normal. É uma gestão interna. Não há nenhuma despesa em relação a isso.

O Banco Central precisa de títulos para enxugar o mercado. Ele enxuga a liquidez do mercado, principalmente quando a gente compra divisas externas, compra dólares, você está colocando recursos no mercado, reais no mercado. Aí fica sobrando, o Banco Central vai lá com os títulos que nós colocamos e enxuga o mercado. Não tem despesa nenhuma.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. MINISTRO GUIDO MANTEGA - Não, tem alguma despesa de diferencial. Mas é importante você ter reservas, e o objetivo é que as reservas dão solidez ao País e redução das taxas de juros, de modo geral, internacionais e não viola a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Quando o senhor se refere aos meus antecessores, de fato, os meus antecessores aumentaram a dívida pública. Não o Palocci. O Palocci diminuiu, começou a diminuir a dívida pública brasileira. Então, ele perfeitamente poderia vir aqui falar, mais ou menos, as mesmas coisas que eu falei. Os anteriores, de fato, talvez não vieram para não sentir o constrangimento de ter que explicar por que aumentaram.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Aí eu tenho que dar uma explicação: tanto o PT quanto o PMDB não quiseram; votaram contra a *(ininteligível)*.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Deputado Ivan, por favor! Por favor, eu farei um esclarecimento a V.Exa.

Não houve votação contra. Todos os convidados, que foram convidados, vieram. O único que não veio, porque foi apresentado, no último dia, e caiu por falta de *quorum*... Mas esse não é o nosso tema.

E eu asseguro a palavra do nosso convidado. Depois, a Comissão decidirá isso. Todos os que foram aprovados aqui compareceram.



O SR. MINISTRO GUIDO MANTEGA - A questão de uma auditoria da dívida, francamente, no Brasil, é desnecessária, porque nós temos hoje transparência nas contas, nós conhecemos bem a dívida. Não há nada de extraordinário dela. Eu acredito até que, mesmo no passado, não haveria. O que houve, no passado, são taxas de juros absurdas, títulos talvez absurdos, alguma coisa desse gênero. Mas, hoje, a nossa dívida é transparente. Não acredito que haja qualquer irregularidade na gestão da dívida. Não sei da dívida de outros países, se no Equador havia problemas. O Equador é um país completamente diferente do Brasil. Foi bom que tivesse apurado lá, mas aqui posso lhe afiançar que não há nenhuma irregularidade na gestão da nossa dívida.

Eu não entendi algumas metáforas do Deputado Paulo Santiago: *Alice no País das Maravilhas*, de Lewis Carroll. Depois, talvez ele pudesse me explicar bem, porque nós, certamente, não vivemos Alice no país das maravilhas no Brasil. Vivemos uma situação muito melhor. Hoje, o País está na rota do desenvolvimento. De fato, o País, no passado, não crescia. Hoje, somos um país que crescemos.

Em 2010, o Brasil será um dos países que mais vai crescer no mundo. É bom que se diga: nós vamos crescer mais de 5% em 2010. China e Índia são os outros países que vão crescer mais de 5%. A maioria dos demais países vai crescer menos do que isso. E, nos últimos anos, já vínhamos crescendo a taxas maiores. Nos últimos 3 anos, 4 anos taxas em torno de 5%.

Portanto, hoje, o Brasil é um país que tem um crescimento forte, e nós fomentamos esse crescimento.

Aliás, diria, que o principal divisor de águas, com a política econômica do passado, é que hoje temos um crescimento mais forte que gera empregos, gera muitos empregos.

Conforme foi mencionado pelo Meirelles, nós já criamos mais de 9 milhões de empregos, nos últimos 7 anos. Se olharmos para trás, a geração de emprego era infinitamente menor do que estamos gerando. E essa é pelo novo modelo econômico que foi implantado no País, que é o modelo econômico que estimula o crescimento maior, com mais investimento, com mais geração de emprego e com geração do mercado interno.



Então, existe sim um círculo virtuoso de crescimento na economia brasileira que é visível, pode ser visto a olho nu, basta olhar as taxas de crescimento muito maiores, a geração de empregos, que é muito maior.

Este ano, já geramos mais de meio milhão de empregos formais, certamente, contando o mês de março. Está havendo formalização da mão de obra. Os resultados são: diminuição da pobreza no País; diminuição das desigualdades sociais; aumento da renda dos segmentos de mais baixa renda; aumento da classe C. São dados que estão disponíveis.

Eu não entendi muito bem a questão da formação bruta de capital fixo em relação ao PIB. O que eu queria dizer é que, antes da crise, a formação bruta de capital fixo vinha subindo no País, impulsionada, principalmente pelo Governo — estímulos do Governo, impostos menores, juros menores, crédito, condições de mercado.

O investimento vem crescendo — e vinha crescendo, mas houve uma interrupção no ano passado, em todos os países do mundo —, nós já estamos crescendo fortemente; o investimento está crescendo fortemente no País, como proporção do PIB também. Nós caímos, no ano passado, para algo como 16,5%, 17% do PIB, mas vamos voltar para algo como 19%, e vamos continuar nessa trajetória.

Nós temos hoje um forte dinamismo no setor de construção civil, que é responsável por uma parte importante da formação bruta de capital fixo. Esse setor está bombando, está crescendo fortemente; portanto, o investimento vai continuar crescendo. Temos vários projetos de investimento sendo executados no País sem falar do pré-sal, da Copa do Mundo, das Olimpíadas, do trem de alta velocidade etc.

Portanto, isso não seria possível, se não houvesse juros razoáveis, principalmente para o investidor.

Concordo em que, para o consumidor brasileiro, os juros são muito elevados. De fato, ainda estão muito elevados, poderiam ser menores; os *spreads* do setor privado são muito elevados, melhoraram em relação ao passado; e falta concorrência no setor financeiro, mas essa concorrência está sendo estimulada pelos bancos públicos.



Algo está mudando no setor financeiro. É um setor oligopolizado. Existem poucos bancos que disputam o crédito. Graças aos bancos públicos, há uma competitividade no setor, mas ainda, concordo, está aquém daquilo que desejaríamos. No dia em que o crédito no Brasil for tão barato como em outros países, teremos, certamente, uma expansão muito grande do mercado consumidor brasileiro. Mas sempre lembrando que, mesmo aí, avançamos muito, porque esse crédito já foi muito mais caro. Quanto ao crédito ao consumidor para adquirir um bem, para adquirir um automóvel, no passado, pagava-se 50%, 60% de taxa de juros. Hoje, para comprar um carro, a taxa de juros é muito mais baixa. Os senhores podem verificar, se é que já não verificaram adquirindo algum carro com a redução do IPI que fizemos. Não. Um carro não paga dois.

Bom. As taxas de juros são razoáveis. Estou com o senhor, Deputado: temos de baixar ainda mais. Mas vamos reconhecer os avanços que aconteceram.

A economia brasileira, infelizmente, ainda não está desindexada. Nós ainda temos um resquício do período inflacionário, tanto que temos uma parte dos preços que são chamados administrados. Preço administrado significa ainda uma certa indexação, o que nos atrapalha, porque mantém um certo piso na inflação. Mas isso, com o tempo, deverá ser resolvido. É claro que os preços administrados são resultado de contratos feitos pelas administrações anteriores, de energia elétrica etc., que devem ser respeitados. Mas, quando eles vencerem, poderemos modificar a composição desses contratos. Então, ainda há, sim, uma indexação, que mantém um pouco de inflação e um pouco de inércia inflacionária. Por isso, nossa base... mas podemos avançar nessa questão — e temos de avançar.

Concordo com o Deputado em que o excesso de liquidez mundial — e eu acrescentaria a falta de regulação financeira — causou crise e transtorno para vários países. É verdade. A falta de controle no mercado financeiro mundial e de regras para os fundos especulativos, fundos de *hedge* etc. levou o mundo a essa crise enorme.

Agora, felizmente, aqui no Brasil, nossas regras eram mais rigorosas. Tínhamos regras no setor financeiro, regras mesmo no setor de derivativo, e nós estamos trabalhando no G-20 e em outros organismos para que haja um incremento dessas regras para o setor financeiro. Nós somos favoráveis a uma regulamentação



mais forte, impedindo essa alavancagem, essa especulação desenfreada do mercado financeiro internacional.

No G-20, defendemos a posição de que todos os países teriam de adotar uma regulação mais forte. E acho que nós poderemos conseguir isso.

Dizer que o Brasil vai voltar a ser um país agroexportador, realmente, eu acho que pode ser encarado como uma piada, porque o Brasil hoje... A agricultura tem uma participação no PIB de 5,5%. Quanto à agricultura brasileira, embora seja muito eficiente, a produtividade vem aumentando, é uma das mais eficientes do mundo, e não há nenhum demérito ou nenhum prejuízo em o País exportar *commodities*. E, diga-se de passagem, existem crenças do passado que têm de ser revistas. Hoje, exportar *commodities* é muito lucrativo. Vale a pena exportar *commodities*. Então, não vamos raciocinar nos termos dos anos 60 e 70, quando exportar *commodities* era ruim, porque se perdia. Eu me lembro dos textos do Celso Furtado e tal, que valiam para aquela época. Não estou dizendo que não valiam. Valiam para aquela época: deterioração dos termos de intercâmbio. Ou seja, as mercadorias dos países agroexportadores valiam cada vez menos, e, aí, os países industrializados levavam vantagem.

Hoje não é assim. Hoje, há vantagem. Imaginem o minério de ferro, que é, digamos, o produto mais tosco que temos, de pouco valor agregado, ele sobe 100% de preço, e nós vamos auferir esse resultado aqui no Brasil. Está certo, então? Vejam: não há nenhum problema em exportar. O que não pode é se resumir a isso, é descurar a parte industrial. Por isso, temos política industrial neste País com fortes estímulos para a expansão de toda a cadeia produtiva.

Então, hoje a indústria está tão sólida quanto a agricultura no País. Nós exportamos produtos primários e manufaturados. É claro que, num momento de crise, diminuimos a nossa exportação de manufaturados. Mas não podemos esquecer: houve uma crise muito séria no mundo que contraiu os mercados internacionais. O pessoal não está comprando. Não está consumindo. Não tem poder de consumo. E o que aconteceu? Diminuiu a nossa exportação de manufaturados, mas isso é passageiro, porque temos uma indústria competitiva e nós exportamos aviões, automóveis, exportamos produtos com tecnologia. E, mais: o Governo tem de se empenhar, como tem se empenhado, para estimular a



produção com valor agregado. Essa é uma questão prioritária dentro do Governo. Por isso, estimulamos o investimento nos setores produtivos e damos condições para que isso aconteça.

Quando a crise diminuir — e ela vai diminuir, mesmo lá fora; aqui já diminuiu, lá fora vai diminuir —, nós voltaremos a ampliar as nossas exportações.

Nós perdemos saldo comercial. Por quê? Porque continuamos crescendo mais do que os outros países. Então, nós importamos mais e não tivemos mercado para exportar mais, para manter o ritmo de exportação. Isso vai mudar. Vai voltar nos próximos anos, quando houver a reconstrução no mercado internacional, e nós vamos voltar a ter saldo comercial maior e exportação de manufaturados maior.

Eu concordo em que havia um dogma de que o Brasil só cresce com poupança externa, mas o nosso Governo não adotou esse dogma. Posso lhe garantir. Eu prefiro crescer com poupança interna. Agora, não sou eu quem decide isso, depende também das variáveis. É como eu disse: quando o mundo estava crescendo, nós estávamos com saldo comercial de 40 bilhões de dólares. Agora, nosso saldo caiu para 25 bilhões no ano passado. Este ano poderá ser menor, certamente.

Então, temos um déficit em transações correntes que é passageiro, na minha opinião, porque temos gerado poupança interna, e eu acho que nós não devemos depender da poupança externa. Mas, provisoriamente, passageiramente, não há nenhum problema, mesmo porque esse déficit em transações correntes não está sendo coberto por capital especulativo. Este é o perigo: quando se cobre déficit em transações correntes com capital especulativo, o capital vai embora de uma hora para outra; quando se cobre com investimento — e é o que está acontecendo, nós estamos com um alto nível de investimento externo —, então, aí, as coisas vão melhor, e nós controlamos aqui o capital especulativo.

Capital especulativo. Essa taxa de 2% que nós implantamos é justamente para o excesso de capitais que iam para a bolsa e para o excesso de capitais que iam para aplicação financeira, aplicação em renda fixa. Nós taxamos, e isso deu uma melhorada no fluxo. Agora, investimento externo é bem-vindo porque não é de curto prazo, é bom para o País.

Estou terminando, Presidente.



O prêmio de risco vem baixando no País. E é bom que ele venha baixando, o que significa que o País é considerado mais sólido. Então, eles podem nos emprestar com uma taxa menor. Portanto, as reservas vêm crescendo, e é bom que elas cresçam, mesmo que elas tenham um custo, porque elas são, digamos, um fator de estabilidade, um suporte forte para a economia brasileira, que se torna respeitável. Chegamos ao ponto de estarmos emprestando para o Fundo Monetário. Nós estamos colocando dinheiro à disposição do Fundo Monetário — na verdade, é aplicação de reserva, não é nada mais do que isso — para ajudar os países que necessitam desses recursos.

Então, eu diria que o Brasil avançou muito nessa questão, não só na questão da dívida, mas nas outras questões também. Aliás, não conseguiria avançar na questão da dívida sem ter avançado nas outras questões, sem ter um crescimento mais forte, sem ter superávits mais fortes, sem ter uma situação fiscal sólida, sem ter uma inflação sob controle. Então, hoje, o Brasil conseguiu um crescimento sustentável, um círculo virtuoso, sim, está implantado no Brasil, e poderá ser prolongado por muitos anos.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Muito obrigado, Ministro Guido Mantega.

O SR. DEPUTADO JORGE BOEIRA - Presidente, para mim, ficou uma dúvida na fala do Ministro, se eu puder esclarecer, é aquela questão exatamente quando diz que o Banco Central compra dólares no mercado para fazer com que os preços em reais se estabilizem na faixa de 1,80, como tem sido...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Sobre o Banco Central, deixe para o Ministro Meirelles.

O SR. DEPUTADO JORGE BOEIRA - Não. Só finalizando, foi na fala do Ministro, até para entender de uma forma mais didática, quando S.Exa. diz que compra os dólares no mercado — e, evidentemente, esses recursos, esses reais entram no mercado e precisam ser esterilizados e enxugados. São emitidos títulos para comprar esses... tirar esses reais do mercado. E é claro que esses títulos têm um custo. Eles pagam juros, e, pela fala do Ministro, na lógica de entender, isso não teria problema nenhum, porque não estaria tendo custo. E esses recursos de



reserva internacional vão ser aplicados em títulos do mercado dos Estados Unidos ou de outros países.

Só gostaria que V.Exa. esclarecesse um pouquinho melhor essa questão, Ministro.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Eu perguntei isso também.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY - Sr. Presidente, pela ordem. Eu sugiro a V.Exa. que dê prosseguimento à lista de Parlamentares, e o Ministro e o Presidente do Banco Central, com toda a gentileza, vão responder no próximo bloco, porque está ficando um pouco monopolizado. E eu gostaria que o meu tempo, além da inscrição, fosse contado como de Líder da Oposição — e sou o primeiro inscrito neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Não, o primeiro inscrito é o Deputado Berzoini.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY - Não, eu havia me inscrito, porque a Mesa disse que o primeiro e o segundo espaços eram dos 2 autores, como terceiro. Então, eu assinei no terceiro lugar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Foi o que eu recebi aqui. Eu não sei. Pode ser. Quanto à questão da fala de Líder, percebo que o Deputado Leonardo também quer pedir a palavra, mas, antes, nós temos de ouvir as respostas aqui. Evidentemente, a resposta do Ministro Meirelles será mais curta.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY - Nós já ouvimos a resposta de S.Exa. no início.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - S.Exa. colocou uma questão inicial, porque a maior parte das questões foram respondidas, a menos que haja o entendimento de que as respostas, no seu todo, já foram dadas. Mas eu recebi a lista. E a lista está aqui: Ricardo Berzoini, depois, Luiz Carlos Hauly, Leonardo Quintão, Hugo Leal, Jô Moraes, Vanessa Grazziotin, Eduardo Valverde, Virgílio Guimarães e Otavio Leite, pela ordem de inscrição.

O que eu gostaria, então...

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - E há, regimentalmente, o direito de réplica dos autores.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Ao final, com certeza. Vou desconsiderar as réplicas fora de horário, mas, ao final dos demais, V.Exa., como qualquer outro, poderá exercer.

Há uma questão aqui sobre a fala como Líder. O Vice-Líder, no exercício da Liderança, poderá usar. Eu não sei se o Líder do PSDB e o Líder do PMDB...

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - O Líder pode?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - ...exercer essa questão. Eu acho até que os demais Deputados inscritos estão ansiosos para falar também. Não sei, regimentalmente, se o Líder do PMDB estiver fora...

O SR. DEPUTADO LEONARDO QUINTÃO - Sr. Presidente, eu gostaria de usar o tempo da Liderança do PMDB, e já há duas horas eu pedi a V.Exa. para usar da palavra pela Liderança do PMDB, e, infelizmente, V.Exa. é muito democrático e cedeu o aparte para o Deputado Ivan Valente por mais de 40 minutos, e isso acabou nos prejudicando. Agora, neste momento — e eu já havia informado a V.Exa. desde às 10h que ao meio-dia eu teria de sair da Comissão...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Então, vamos fazer o seguinte: vamos fazer por ordem. Os que pedem a palavra como Líder... Vamos usar uma vez só, por favor, não como inscrito, uma vez só. Deputado Hugo Leal também.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY - Era só uma vez.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Eu vou deixar claro aqui uma coisa. É bom deixar claro que eu também sou Líder do meu partido, aliás, Líder em exercício do partido...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Pode usar então como Líder em exercício.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Mas eu não estou pedindo para falar como Líder, porque eu sou membro da Comissão. Eu quero falar como membro da Comissão. E, por isso, eu cheguei aqui e me inscrevi para falar como membro da Comissão. Eu não quero usar essa preferência. É regimental, mas eu não quero usar exatamente em respeito aos demais colegas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Então, vamos fazer isso, mas usem de uma maneira comedida, vamos...



O Deputado Leonardo Quintão pediu primeiro.

O SR. DEPUTADO LEONARDO QUINTÃO - Deputado Hauly, eu tenho um compromisso agora.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Vamos ouvir aqui uma sugestão do Ministro.

O SR. DEPUTADO LEONARDO QUINTÃO - Eu peço a V.Exa. para usar 2 minutos. V.Exa. tem a prerrogativa de falar antes de mim, mas eu peço 2 minutos. V.Exa. poderia me ceder?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Então, vamos ouvi-lo por 2 minutos?

O SR. MINISTRO GUIDO MANTEGA - A consideração é a seguinte: eu havia informado que tenho de tomar um avião com o Presidente Lula daqui a pouquinho. Então, eu já havia colocado, mas o...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Vamos compensar o atraso aí...

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY - É bom ouvir a Oposição também.

O SR. MINISTRO GUIDO MANTEGA - O Presidente Meirelles, parece-me, poderá permanecer o tempo todo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Deputado Leonardo Quintão, por favor.

O SR. DEPUTADO LEONARDO QUINTÃO - Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Vamos tentar ser rápidos, então, até porque há uma viagem já marcada.

O SR. DEPUTADO LEONARDO QUINTÃO - Eu queria falar em 10 minutos, mas eu vou falar em 2 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Isso, por favor.

O SR. DEPUTADO LEONARDO QUINTÃO - Sr. Presidente, eu quero aqui saudar os nossos Ministros Henrique Meirelles e Guido Mantega, V.Exa. e o Deputado Pedro Novais por esse trabalho.



Quero aqui dizer que o Governo Federal soube aproveitar o momento do mercado internacional. Isso tem de ser dito aqui. A qualidade da dívida, nestes últimos 5 anos, melhorou muito. Quero parabenizar o Ministro Meirelles por ter sabido utilizar isso, porque, infelizmente, o cidadão comum, como nós aqui, quando vê uma ação subir, fala: “Puxa vida, por que eu não comprei essa ação 3 meses atrás? Eu poderia ganhar 30%, 40%”. E a qualidade da dívida do Brasil melhorou — e muito. E isso está sendo dito no mercado internacional, nas agências internacionais. Isso é que o está dando credibilidade ao nosso País agora no mercado internacional, tanto que os títulos globais do Brasil estão pagando menos se comparado com o passado.

Agora, faço um pedido aqui ao Ministro Mantega e ao Ministro Meirelles. Na Comissão de Finanças, nós criamos agora uma Subcomissão em que nós estamos analisando o mercado de cartão de crédito. E eu venho dizer do mercado de cartão de crédito e entro no *spread* bancário, porque eu vejo que chegou o momento agora de o Brasil avançar nessa área. Hoje, o Governo Federal já está usufruindo de um crédito mais barato, tanto interno quanto externo. Isso tem ajudado no financiamento do Governo Federal. Chegou o momento agora, Ministro Guido Mantega, de final de Governo e certamente de renovação de Governo, de podermos pensar esse financiamento. E já começou com o BNDES.

Como V.Exa. muito disse aqui, nunca houve crédito no BNDES de 4,5%. Há 2, 3 anos, não se captava recurso no BNDES com um custo financeiro abaixo de 8% a 10%. Então, isso já avançou para o financiamento das empresas.

Chegou a hora de o Governo Federal assumir esse papel, Presidente, para ajudar a população brasileira a ter acesso a crédito justo de mercado. E nisso eu entro no *spread* bancário.

Presidente Henrique Meirelles, eu quero dizer a V.Exa. que nós temos um grande desafio. Na Comissão de Finanças, nós criamos uma Subcomissão para analisar toda a cadeia produtiva, a indústria do cartão de crédito brasileiro. Existe, no âmbito do Banco Central, uma proposta da ABEX de autorregulamentação do setor. A Comissão já pediu cópia dessa proposta. Nós iremos nos reunir com o Banco Central, na semana que vem, para analisarmos isso. Eu vejo que é necessário o Banco Central definir qual será essa regulamentação, porque isso é necessário, a



modalidade de crédito através do cartão de crédito. A tendência é isso aumentar no Brasil. Mas chegou a hora de o Banco Central e o Ministério assumirem o seu papel de saber quem irá regulamentar esse setor, porque nós ainda estamos capengas de saber se é instituição, se não é instituição financeira. E eu sou Relator dessa Comissão; o Deputado André Vargas é o Presidente, o Deputado Virgílio Guimarães participa da Comissão, e o Deputado Pedro Novais também.

Então, eu peço a V.Exas., porque chegou a hora de fazer chegar esse crédito, de que o Governo já está usufruindo, à população brasileira, porque não faz sentido se pagar um *spread* bancário de 7% ao ano, quando se tem necessidade de utilizar o cheque especial. Não faz sentido um cidadão, quando entra no rotativo do cartão de crédito, pagar 14%. Então, nós temos de ajudar. Não somos contra o lucro. Isso é necessário, mas temos de defender também um lucro justo, para que o cidadão venha a usufruir do que o Governo já está usufruindo algum tempo.

Então, só isso.

Parabéns! O dever de casa foi feito por V.Exa., já há 8 anos no Banco Central.

Ministro Guido Mantega, os números estão mostrando que o Governo está avançando. A credibilidade do Governo brasileiro, em nível internacional, nunca esteve como está agora. Isso mostra a responsabilidade do Governo. O Governo, com o Presidente Lula à frente, está tomando essas posições.

Então, companheiros aqui podem utilizar do microfone para dizer das dificuldades, mas os números mostram que estamos avançando. Agora, chegou a hora de levar esse benefício à população, ao cidadão comum.

Muito obrigado.

Agradeço aos companheiros que me cederam a vez.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Muito obrigado, Deputado Leonardo Quintão.

Pela Oposição, segundo definição dele próprio...

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY - Exatamente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - ... o Deputado Hauly.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Oposição de direita, não é?



O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY - Oposição ao Governo Lula e a favor do Brasil, para ser bem claro, não é?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Isso nós todos sabemos e acompanhamos.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY - A favor do Brasil.

Primeiro, Sr. Presidente Virgílio Guimarães, Relator Pedro Novais, Exmos. Srs. Ministros Guido Mantega e Henrique Meirelles, Sras. e Srs. Parlamentares, uma evolução maravilhosa o Brasil está tendo. E, ao final do Governo do Presidente Lula e do PT, eu constato, com satisfação, uma grande evolução na compreensão dessa questão dos temas econômicos. Não por S.Exas. os Ministros, o Presidente do Banco Central e o Ministro, mas por uma compreensão maior do Partido dos Trabalhadores e de seus aliados da questão da responsabilidade fiscal.

Ao tempo em que nós votamos a lei, tivemos uma oposição dura do PT para aprovar a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Mas eu remonto à luta da redemocratização, porque esse mérito não é só de um governo, nem de dois, mas é um mérito de toda a Nova República. No final da ditadura, com aquela inflação maluca e grande desgoverno, a dívida chegou quase a 60% do PIB. Aí, veio o Governo Sarney, aliado de V.Exas., com o Plano Cruzado I, Cruzado II, Arroz e Feijão; veio a primeira eleição presidencial, o Plano Collor I e II, o sequestro dos ativos, e, imediatamente, veio o Itamar, com a queda do Presidente Collor, também um aliado de V.Exas., e o Itamar, junto com o Fernando Henrique, o PSDB e outros partidos, implantou o Plano Real, a estabilidade da economia. Deu certo. Há 16 anos nós temos estabilidade.

Fizemos o PROER, o PROES, o saneamento do Banco do Brasil, o saneamento da Caixa Econômica Federal, pagamos o maior passivo trabalhista da história deste País, que foi o FGTS — mais de 42 bilhões de reais. Trinta e oito milhões de trabalhadoras e trabalhadores receberam 42 bilhões de reais. E sobraram ainda 24 bilhões do ajuste de conta que eu havia feito no Plano de Fluxo de Caixa do Fundo de Garantia. Eu calibrei de uma tal maneira o recebível, que acabou sobrando — e estou falando dessa maneira, Sr. Ministro, porque eu fui o Relator dessa matéria na parte financeira.



Vejo que há um crescimento econômico, há uma estabilidade na economia a um preço muito alto. O preço é alto internamente, e pagamos internacionalmente, porque ainda não somos reconhecidos, com todo o sacrifício de juros que pagamos.

A Grécia tem o mesmo nível de credibilidade que tem o Brasil. Uma Grécia quebrada tem as mesmas letras da pontuação desses agentes de *ratings*, que são pessoas a serviço de investidores inescrupulosos, de bancos inescrupulosos. O Brasil tinha de estar no mesmo nível de grau de investimento dos países do Primeiro Mundo, Estados Unidos e outros, porque não é possível, depois de 16 anos de estabilidade, pagando o que nós pagamos de juros, termos o dobro da taxa de juros do segundo colocado no mundo.

Por exemplo, dos nossos 246 bilhões de dólares em Nova Iorque, que estão aplicados, a maior parte está em títulos do Governo americano, a menos de 1%. Fala-se até que é 0,25%, e aqui dentro o correspondente em reais aplicado a 8,75%, ou a outras taxas, conforme o modelo na planilha de aplicação do Banco Central.

Eu estou dizendo que nós temos reservas. Mas de onde vêm essas reservas, Ministro? Vêm da agricultura. Nos 7 anos de V.Exa., 440 bilhões de dólares foram o saldo positivo do agronegócio. Não só da agricultura *in natura*, mas também de todo o agronegócio. E o saldo da balança comercial, se não fosse a agricultura, seria negativo. Ele tem origem onde? Na reestruturação da agricultura, a partir da Lei Kandir, de que eu também tive a honra de ser Relator. Estimulamos as exportações porque era tributada. Quando tiramos a tributação, fizemos a compensação da tributação. Mas há 2 anos o agricultor brasileiro não tem lucro. Vai para o terceiro. Então, é importante pensar o que nós fizemos da agricultura — a securitização, o RECOOP, o PESA e o Pesinha. Nós refinanciamos a dívida, e não está... Está na hora de pensar que a agricultura, o produtor, quando transforma o dólar no preço interno, não consegue pagar o custeio. O produtor de soja no Paraná está tendo 4 reais de prejuízo por saca; no Mato Grosso, chega a 12 reais.

Eu quero também falar das remessas de juros, lucros, dividendos. Nós chegamos, neste período de Governo de V.Exas., a algo como 21% do PIB, 693 bilhões da riqueza deste País foram para os rentistas, aplicadores e investidores internacionais.



Quero falar também que essa dívida lá fora custa 30 bilhões por ano aqui dentro. Não é possível, em vez de aplicar em título americano, aplicarmos em título brasileiro, fazer uma modalidade que aplique em Nova Iorque? O déficit público — e, aí, os companheiros que me antecederam... Como faz a dívida? Agora, este ano... Nestes últimos 8 anos, os Governos Federal, Estaduais e Municipais gastaram, no total, 25% do PIB, mais de 3% ao ano de déficit das contas públicas. Gastam mais do que arrecadam. Sem falar que nós arrecadamos, nestes 8 anos do Governo de V.Exas., nossa carga tributária foi de 2,8 PIBs, a arrecadação total. Então, nós ficamos...

Com mais as estatais, hoje o Brasil, o Governo Federal, os Estados e Municípios, mais as suas estatais, têm 60% da economia brasileira. Quando falam que o Brasil é um país privatizado, eu morro de rir. Eu morro de rir dessa história toda.

Mas eu vim para falar bem do Brasil, dizer que está no caminho certo. Mas temos de rever algumas coisas importantes da política econômica nacional nos próximos anos. É por isso que nós da Oposição estamos aqui, na responsabilidade fiscal, na responsabilidade que temos com o nosso País, com o desenvolvimento e com o crescimento. Nós não olhamos para os pobres. Os pobres deste País pagam a maior carga tributária do mundo. Dois salários mínimos, 53% de carga tributária. Quem ganha acima de 30 salários, paga apenas 29%, cálculo do IPEA. Não é mais o cálculo do Haully, não é mais o cálculo da professora lá de São Paulo. Agora, o próprio IPEA chegou à mesma constatação.

Meta de inflação está bem; investimento fixo, baixíssimo, desculpe. Nós não chegamos a 20% do investimento fixo, que é a formação bruta de capital fixo. E o crescimento econômico melhorou, mas eu sonho em crescer igual à China. Por isso que nós... Se fizermos uma reforma tributária simplificadora, não essa que está aí no projeto, nós vamos crescer de 8% a 10% ao ano, sem dúvida alguma.

Esqueci de falar das transações correntes, em que nós já tivemos um déficit, só neste Governo, de 176 bilhões. Não quero nem falar do Fundo de Garantia mal remunerado e outras coisas.

Essa é a minha intervenção mais no sentido de dizer que a política econômica vai bem e que o Brasil tem de estar no primeiro nível do *ranking* internacional,



porque tem reservas, tem patrimônio, tem moral perante todos os países do mundo, Ministro Mantega. Temos moral. E esse é o grande mérito que ninguém tira. A democracia, a estabilidade democrática e a estabilidade econômica: esta é uma conquista permanente do povo brasileiro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Obrigado.

Eu queria fazer, Deputado Berzoini, uma sugestão, mais pelos inscritos que estão aqui do PT, eu inclusive: daria a palavra como Líder a V.Exa.; como Líder, ao Deputado Hugo Leal; como Líder, à Deputada Jô, e nós outros, do PT, nos daríamos por satisfeitos pelo nosso Líder e passaríamos a resposta para os demais. Falaria V.Exa. pelo PT, e falariam o Deputado Hugo Leal e a Deputada Jô Moraes. Os outros inscritos são todos do PT e, se estiverem de acordo, o Berzoini falará por nós todos. Estão de acordo? (*Pausa.*)

Deputado Berzoini.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI - Agradeço, Sr. Presidente.

Quero cumprimentar o Ministro Meirelles, o Ministro Mantega, o nosso Relator Pedro Novais, o Presidente Pepe Vargas, todos os Parlamentares aqui presentes e demais participantes desta sessão.

Eu acho que o risco de uma discussão como esta sobre a dívida interna e a dívida externa, mas que avança para a discussão mais ampla sobre a situação econômica do País, são os Deputados da Oposição tentarem fazer um contraponto sem profundidade, em razão da condição de oposição, e os Deputados de situação também tentarem avançar para uma exaltação, sem levar em conta as limitações que nós vivenciamos neste período todo

É claro que a qualquer pessoa que faça uma análise fria das tendências da economia brasileira até 2002 e a reversão provocada a partir de 2003, com um compromisso público firmado com a Nação, através da *Carta ao Povo Brasileiro*, compromisso político assumido durante a campanha eleitoral pelo então candidato Luiz Inácio Lula da Silva e pelo conjunto da equipe que o assessorou desde os primeiros momentos e que viabilizou essa transição com baixo nível de risco e permitiu reverter a trajetória da dívida interna e da dívida externa não apenas em quantidade, mas, principalmente, em qualidade, eu diria: eu que acompanhei todo o



processo anterior à posse do Presidente Lula, a definição do nome do Ministro Henrique Meirelles, então Deputado eleito pelo PSDB, para ser o Presidente do Banco Central, a definição do Ministro Palocci e do Ministro Mantega para o Ministério do Planejamento e outros, vivenciei, naquele momento, as incertezas de um quadro de deterioração econômica aguda.

E hoje nós temos a dívida interna com um padrão de financiamento muito mais sustentável, sem o risco cambial embutido, com maior participação de títulos prefixados ou indexados à taxa de inflação, que é um mérito para a composição e a sustentabilidade da dívida, e no plano da dívida externa, uma situação absolutamente diferenciada em relação ao período anterior, tanto da dívida privada quanto da dívida pública externa.

Então, o quadro que se coloca hoje é um quadro de trajetória positiva para o futuro do País. Acho que o Governo está de parabéns, sem perder a autocrítica, porque há muito o que fazer, nós temos muito o que fazer pela frente, o Brasil ainda é, concordando com o Deputado Paulo Rubem, um país com imensos desafios sociais.

Nós avançamos muito, construímos uma trajetória positiva, houve a geração de 9 milhões de empregos formais, pelo CAGED — pelas contas gerais, é muito mais do que isso. Há redução sustentada, Deputado, da taxa de desemprego, hoje de 7,4%. É claro que desejamos que seja 3%, 2%, pleno emprego, mas 7,4%, para quem já vivenciou desemprego, pela taxa do IBGE, de 12%, 13%, é um avanço extraordinário que deve ser comemorado por Deputado de situação e de oposição. No seu caso, inclusive, Presidente, V.Exa. pertence a um partido da Situação, mas tem suas opiniões muito firmes em relação a vários aspectos do Governo.

Nós temos a condição hoje de dizer: o Brasil está numa outra trajetória, enquanto o mundo está numa trajetória de crescimento do desemprego, situação vivida nos Estados Unidos, na Europa. Hoje mesmo, encontrei um companheiro de Portugal que falou sobre a situação em Portugal, na Espanha e na França, que acabou de passar por eleições em que a questão do desemprego teve um impacto muito forte no resultado. E nós, no Brasil, estamos numa trajetória de crescimento do emprego, de redução do desemprego. Portanto, um quadro extraordinário.



Qual é o desafio que se coloca? Concordando com o Ministro Mantega, eu também avalio que o crescimento do déficit das transações correntes tem uma parte que é episódica, tem uma parte que decorre da situação do mercado do comércio internacional.

Agora, há uma outra parte que pode ter a ver com uma questão mais estrutural. E, aí, quero deixar uma pergunta, em nome da bancada do PT: qual a avaliação de medidas que podem ser tomadas no curto e médio prazos em relação a essa questão do déficit das transações correntes e também da própria questão cambial? E um dos temas discutidos numa das audiências aqui, com a presença do ex-Ministro Bresser Pereira, foi a preocupação de como o Brasil, a partir desse conjunto de variáveis macroeconômicas, pode ter uma governabilidade um pouco maior, levando em conta a questão do comércio mundial hoje em relação à taxa de câmbio, para viabilizar uma situação mais favorável para a competitividade, tanto da agricultura quanto da indústria nacional.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Muito obrigado.

Com a palavra o Deputado Hugo Leal, depois a Deputada Jô Moraes.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Sr. Presidente, Srs. Ministros Mantega e Meirelles, demais colegas, eu vou tentar ser muito breve, porque vou evitar fazer discursos e lembrar que nós estamos aqui em uma Comissão Parlamentar de Inquérito que se destina a investigar a dívida pública da União, Estados e Municípios, o pagamento de juros da mesma, os beneficiários desses pagamentos e seu impacto nas políticas sociais e no desenvolvimento sustentável do País. Nós estamos aqui numa CPI para fazer esse tipo de investigação.

Então, é óbvio que eu fico muito feliz em perceber, em notar o crescimento do País. Isso tudo que foi passado aqui, tudo que nos foi informado são sugestões, aliás, são números que efetivamente comprovam que o País está em uma linha de crescimento. Mas nós estamos falando aqui... Senão...

Foi muito boa a apresentação no que se refere às perspectivas do presente. Mas, e com relação ao passado? Então, o passado, como foi dito na mensagem do Ministro Mantega, já está superado e não se precisa fazer mais nada? Ou seja, nós vamos embutir o que foi feito e não se discute mais? Vamos dar como correta a



dívida que foi apresentada e não discutiremos mais essa dívida? Isso nos preocupa, porque nós estamos falando da questão de orçamento, também. Porque todos os anos esta Casa aqui vota o Orçamento. Todas as vezes que se vai discutir amortização, refinanciamento, dizem que isso é cláusula pétrea e não pode ser discutido na questão do Orçamento, independente da Comissão de Finanças e Tributação, em que foi sugerida até a criação de uma Comissão Permanente aqui na Casa para discutir efetivamente a questão da dívida. Eu entendo até que é necessária, sim, e tem de ser permanente, uma Subcomissão da Comissão de Finanças, ou, que seja, uma Subcomissão da Comissão de Orçamento, mas tem de haver.

Nós não nos podemos iludir, e é uma ilusão até concreta, com os números de perspectivas, sem saber o que está acontecendo, o que aconteceu no passado e o que pode acontecer no futuro. Porque — e vou abrir um parêntesis aqui — eu sei que o Ministro Mantega fez um comentário sobre o eufemismo, mas nós vivemos em um país que tem a “Síndrome do Bonsai”. Sabem o que é o bonsai? A planta do bonsai não pequena porque se compra uma semente pequenininha; o bonsai não cresce porque ele é acostumado, desde pequeno, a ser tolhido nas suas raízes e nos seus galhos. E nós estamos com essa síndrome, o País está com a Síndrome do Bonsai, a síndrome de não conseguir crescer porque foi sempre tolhido nas suas raízes e nos seus galhos, e sempre ficou pequeno. E nós estamos acostumados a ficar pequenos, dentro de um vasinho pequeno. O maior problema que este País enfrenta é exatamente essa síndrome de que nós não podemos, infelizmente, crescer, não podemos avançar. E todo o avanço tem de ser claro, de precaução.

O que nós estamos assistindo aqui hoje, tanto do lado do Partido dos Trabalhadores, que está há 8 anos no Governo — e quando vieram os 8 anos do Partido da Social Democracia... São perfeitos, a linha de raciocínio é perfeita. Mas nós temos de superar isso. Nós não conseguimos superar isso.

Vou encerrar somente com duas perguntas.

Duas ações, duas questões que para mim são fundamentais: o que se fará com relação ao nosso trabalho aqui, porque isto aqui é uma CPI, e eu peço a sugestão tanto do Ministro Mantega quanto do Ministro Meirelles. O que deve ser o produto final desta CPI, para que possamos apresentar algo de produtivo à Nação,



no sentido do que ocorreu até agora, dos equívocos que aconteceram até agora? Especialmente, vou citar um aqui. O Deputado Ivan Valente falou, mas eu só queria que um aqui fosse manifestado: as superações de mercado aberto.

Faço duas perguntas. Uma pergunta para o Ministro Mantega: se V.Exa. fosse continuar, por mais 4 anos, que tipo de política de crescimento apresentaria para esses 4 anos futuros e, principalmente, com relação à questão do crescimento do País? E também para o Ministro Meirelles, sobre a questão dos juros, a possibilidade da redução dos juros: o parque produtivo instalado... Haveria condições de dar vazão a esse parque produtivo? E uma última pergunta para o Ministro Meirelles: nós sabemos que a composição do COPOM, hoje, é feita pela Diretoria colegiada do Banco Central. Não seria uma sugestão... O COPOM, Conselho de Política Monetária, foi criado em 1996. Já se passou esse tempo todo. Não haveria a possibilidade de ampliação de outros elementos dentro do COPOM, da política monetária, que são da cadeia produtiva brasileira? Deixar de ser política monetária para ser, também, política econômica, política de crescimento?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Muito obrigado, Deputado Hugo Leal.

Com a palavra a Deputada Jô Moraes, pela Liderança do PCdoB.

A SRA. DEPUTADA JÔ MORAES - Eu sei que a angústia do Ministro Mantega de, como carona, perder o avião vai contribuir para que eu seja mais sucinta. Eu tinha uma série de considerações a fazer.

Primeiro quero dizer que se está disputando o conceito de estabilidade e planejamento entre os diferentes Governos. Quer dizer que os planos quinquenários dos países socialistas já tinham isso como referência. Então, em termos de quem é pai da estabilidade do planejamento, pode ser que volte para a história antiga.

Eu quero só citar que esta CPI se dá em um contexto diferente de um outro momento. Dá-se não fruto de uma crise deste momento. Dá-se não fruto de uma desestabilização da dívida pública. Por isso, ela não aponta, neste momento, para uma auditoria. Até mesmo, Ministro Mantega, nós enfrentamos uma série de problemas. Acho bom quando o senhor se refere ao problema da transparência. Nós enfrentamos dificuldades de acesso a informações. Evidentemente que uma das discussões de metodologia que nós tínhamos era: que períodos nós tomarmos, em



torno de que referência, porque em muitos desses períodos não existiam registros para que pudéssemos fazer esse processo de comparação. Mas, com os mecanismos de hoje, a transferência ainda fica a desejar.

Acho, também, Ministro Meirelles... V.Exa. tem muita convicção de que a estabilização econômica resolve tudo. Parece uma varinha de condão. Eu acredito que os últimos anos e os anteriores indicam que a estabilização que vem de 1994, que os resultados para o desenvolvimento econômico, para o crescimento econômico não são os mesmos. Foi preciso que houvesse alterações de política econômica, alterações de política macroeconômica para que retomássemos esse círculo virtuoso em um outro patamar.

Sem dúvida nenhuma, eu acho que não é um valor único, universal que se aplica, independente da intervenção dos Governos, para ter resultados positivos. O próprio enfrentamento da crise levou ao questionamento de alguns processos, como redução do superávit, como redução dos juros no aceleração. São mecanismos que foram usados para enfrentar a crise.

Logo, o conjunto das questões que os senhores colocaram demonstra que ou os Governos assumem uma posição mais ousada e determinada para estabelecer novos mecanismos, ou a média de estabilização econômica não assegura aquilo que é necessário para o crescimento econômico.

Quero só levantar 2 questões para V.Exa. Algumas questões que eu levantava, o Ministro Guido Mantega já respondeu. Primeiro, esse problema da... V.Exa., em recente entrevista, levantou que há alguma ameaça de inflação, fruto de demanda, e pode ser que nós interrompamos o círculo virtuoso da redução das taxas de juros. Que componentes são esses, que nós não estamos vendo nesse momento? Embora não seja uma questão especificamente da dívida pública, traz como resultante o impacto que a dívida pública interna e os mecanismos que são usados nisso para a própria dívida externa...

Por isso, eu quero pedir a V.Exa., sem dúvida nenhuma, considerar que nós ainda temos algumas exigências, sobretudo para o Senado Federal, para o Congresso Nacional, para que esse processo de fiscalização não traga como resultante isso que nós temos.



O índice de 36%, Ministro Mantega, diz respeito aos recursos orçamentários que são usados para o pagamento dos juros e não em relação ao PIB.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Obrigado, Deputada Jô Moraes.

Deputado Ivan Valente, V.Exa. já exerceu por 3 vezes...

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente, posso falar uma coisa?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Se V.Exa. se comprometer a fazer de uma maneira regimental, em 1 minuto...

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - V.Exa. tem sido tão tolerante, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Sou tolerante, mas...

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - V.Exa. tem sido tão tolerante!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Um minuto, então, Deputado Ivan Valente.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - O direito de réplica é regimental.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - É regimental. Um minuto. Por favor.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Se V.Exa. ficar insistindo nisso, eu vou pedir o tempo de Líder a que eu tenho direito aqui. Eu sou Líder de bancada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - V.Exa. já usou...

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Não vamos entrar nisso, não é?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - É inútil, Deputado.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - O que importa aqui é o debate franco, aberto e leal. Esta CPI ficou 6 meses vazia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Há tempo também. Os Ministro também têm... Vamos passar à resposta dos Ministros. Pode ser?

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Como V.Exa. quiser. Eu quero o direito de réplica só.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Por favor, então. Passo a palavra aos Ministros.



O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Não, eu falo primeiro na réplica.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Os Líderes falaram pelos membros do partido.

A SRA. DEPUTADA JÔ MORAES - Só escutar as circunstâncias do Ministro...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - A Deputada Vanessa falou, o Deputado Otavio Leite, os vários inscritos do Deputados do PT. O Deputado Berzoini usou a palavra. Houve um acordo dos Líderes de falarem e ficar por isso.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Sr. Presidente, eu gostaria de fazer uma questão de ordem, antes de V.Exa. voltar à Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Houve um acordo nesse sentido. Foram 4 do PT que se retiraram.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Sr. Presidente, só uma questão de ordem.

Solicito que seja assegurada a réplica e que se encerre com a manifestação da Mesa, para não ter que ficar esse indo e vindo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Há 2 pedidos de... Um minuto para cada um. Pode ser?

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Pode ser.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Tudo bem. E vamos encerrar. Pronto. Um acordão. São 12h32min. Às 12h33min V.Exa...

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Mas há um limite para os Ministros? Eu quero entender se o Ministro Mantega ou o Ministro Meirelles têm um limite explícito de tempo.

O SR. MINISTRO GUIDO MANTEGA - Eu tenho. Vou lhe dizer, e foi dito aqui ao Presidente. Eu tenho que embarcar com o Presidente Lula. Ele está terminando um evento. Ele vai direto para a base e vai me deixar aqui. Entende? Então, data vênica, peço a compreensão dos senhores, porque eu já tinha revelado esse compromisso. Se fosse qualquer outro, eu não me importaria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Vamos ser bem sucintos, então, e encerrar.



O SR. MINISTRO GUIDO MANTEGA - Eu tenho que embarcar, e ele não vai me esperar.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Eu tinha uma série de perguntas para fazer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) – Deputado Ivan, 1 minuto mesmo. E os Ministros falam o tempo que quiserem.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Eu tinha uma série de perguntas para fazer. Não dá tempo nem de ler as perguntas em 1 minuto?

O SR. MINISTRO GUIDO MANTEGA - Mas o Ministro Meirelles está...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Não é pergunta nova, Deputado Ivan. Vamos lá. Vamos economizar tempo. Não é pergunta nova. É réplica, Deputado Ivan.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - O Ministro Meirelles falou muito pouco, inclusive, hoje aqui. O Ministro Meirelles se sentiu contemplado com a sua fala, Ministro Mantega. Ele falou muito pouco aqui hoje.

Aliás, o problema é o seguinte... Eu só quero dizer 2 coisas fundamentais, Ministro. V.Exa. descreve, ao longo do tempo, o que foi melhorando. O problema não é se nós vamos melhorando. Vamos supor: nós estamos no século XIX para o século XX. A eletricidade tem de chegar às pessoas. O problema é a velocidade com que chega e o direito das pessoas de chegar. Qual é o modelo que nós devemos fazer? V.Exa. não respondeu, por exemplo, esta pergunta: qual é o custo para nós mantermos as reservas internacionais? É bom ter reservas, mas qual é o custo disso? Como é que isso...

Por exemplo, as amortizações... Só uma pergunta. A MP nº 435 permitiu que 20 bilhões de *royalties* do petróleo pertencentes à União fossem destinados à amortização da dívida. Isso aqui é fato concreto. Foi um pacto de amortização. Quando nós discutimos juros e amortização, nós estamos falando de vida das pessoas.

Quero finalizar, Ministro, dizendo o seguinte... Eu fiz uma pergunta muito objetiva sobre a auditoria da dívida. V.Exa. foi contra fazer auditoria. Acha que o Brasil não precisa de auditoria. Eu queria dizer o seguinte: se V.Exa. disser ao Ministro Meirelles que vai fazer uma auditoria da dívida, os nossos microfones vão



apitar ali, e o mercado vai cair 20%, imediatamente. Isso eu já sei (*Riso.*) V.Exa. nunca daria um resultado diferente — não é? —, porque o que se segue é o humor do mercado. Mas, rigorosamente, depois de tudo que V.Exa. falou sobre a dívida externa brasileira, sobre os juros flutuantes, sobre a maior taxa de juros do mundo, sobre os beneficiários da dívida, sobre as questões ilegais que foram praticadas, cabe, sim, verificar se há necessidade de uma auditoria.

Eu espero que o nosso Relator acate essa questão, como resultado da nossa CPI.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Com a palavra o Deputado Paulo Rubem, por 1 minuto.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Sr. Presidente, primeiro, quero dizer que nós precisamos, não sob o manto de uma CPI, mas em momentos específicos, fazer o debate das grandes decisões que impactam o investimento, o crédito, o financiamento, a qualidade de vida e a construção de um país mais justo.

É lamentável que nós tenhamos poucas oportunidades, como Parlamentares, de debater aquilo que impacta a vida de todos os cidadãos brasileiros. Eu não abro mão da minha prerrogativa parlamentar de atuar como representante do povo brasileiro e de discutir aquilo que impacta a vida de todos.

Em segundo lugar, estou satisfeito porque hoje eu acho que acumulei mais concordâncias do que divergências, embora quisesse arrancar mais algumas concordâncias do Presidente do Banco Central, um pouco mais do Ministro Mantega. Lembro do livro *A Economia Política Brasileira*. Nunca obtive o seu autógrafo, mas li com muita atenção o seu livro. E houve uma concordância inusitada. Até o Deputado Ricardo Berzoini concordou também com algumas das nossas ponderações.

Mas eu quero só destacar, Sr. Presidente, uma questão que é essencial. Subjacente à questão da dívida, como disse o Ministro Mantega e como aqui destrinchou muito bem o Prof. Carlos Lessa, o que nós temos que discutir é a qualidade do gasto público e a sua consequência para a inserção da economia brasileira no contexto internacional, para a atração de investimentos, para a



valorização da moeda, para o fortalecimento das exportações e para a mudança do padrão de inserção da economia brasileira no contexto internacional.

Os dados que eu citei aqui... Eu entendi a afirmação do Ministro Mantega de que talvez fosse uma piada. Eu sei. Eu entendi o bom sentido. Não é uma piada. Nós começamos a cair na composição das exportações, Ministro, em 2005, antes da crise financeira internacional. Antes. São dados do Banco Central. Se temos os órgãos públicos que geram os dados, nós os trazemos para cá, e esses dados não são considerados, então, vamos parar a produção e a geração desses dados.

Eu quero concluir, portanto, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Por favor, Deputado.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - ...dizendo, como autor do requerimento... E louvo a presença de muitos colegas que, durante esta CPI, não pisaram aqui na CPI. Não pisaram, ou vieram aqui uma vez ou outra. Não passaram por esta Comissão Parlamentar de Inquérito. Acho que é importante que todos tenham estado aqui e que muitos que não vieram tenham vindo.

Quero reiterar que nós não estamos aqui, Ministro Mantega, discutindo o tudo ou nada. V.Exa. sabe disso. Nós não estamos aqui desconhecendo créditos, avanços, equilíbrios. O que nós estamos afirmando é que, após uma década da condução de um regime de metas e de um modelo de gestão da dívida pública, o País não pode, com tanta desigualdade... Fala-se da taxa de desemprego de 7.4% — média nacional.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Para concluir, Deputado.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Vou concluir, Sr. Presidente.

A taxa de desemprego regionalizada, na minha região, Recife, é de 19%; em Salvador, é de mais de 15%; no norte do País, é de mais de 12%. São essas questões que precisam ser levadas em consideração, quando se discute o padrão de gasto público.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Obrigado, Deputado.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Em que pese a impaciência de alguns Deputados neste plenário, eu quero dizer, Sr. Presidente...



O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE - Sr. Presidente, eu abri mão da oportunidade de falar em prol do Ministro.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Sr. Presidente, eu lhe peço que mantenha a minha palavra. Eu não interrompi a fala de nenhum Deputado. Eu sou autor do requerimento e tenho a minha prerrogativa. Quero que ela seja assegurada.

O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE - Mas (ininteligível), meu caro amigo!

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - O Deputado Eduardo Valverde não tem que interferir na fala de nenhum Parlamentar! Ele, quando fala, é respeitado. Ninguém interfere na fala dele.

O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE - Sr. Presidente, eu abri mão da minha inscrição em homenagem aos 2 convidados.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - É preciso que nós asseguremos... Eu sou autor do requerimento. O Regimento me assegura a réplica.

Sr. Presidente, peço a V.Exa. que me assegure a palavra para concluir.

O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE - Agora, se não há limite para falar... Eu vou ter que me inscrever novamente.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Eu sou um Deputado assíduo nesta CPI. Tenho a minha prerrogativa assegurada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Deputado, para encerrar.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Vou concluir.

Quero, mais uma vez, reiterar a necessidade de nós fazermos o debate da qualidade do gasto público. Disse que estávamos num círculo viciado, porque estamos, Sr. Presidente, num círculo viciado, em que se estimula o ganho improdutivo. Trinta e seis por cento do orçamento fiscal são destinados à remuneração de ativos, lastreados na dívida mobiliária. É um exemplo nefasto para um país que precisa produzir, recolher tributo e financiar o desenvolvimento.

Encerro, Ministro Mantega, compartilhando um dado: o orçamento de investimento da FINEP para inovação tecnológica em 2008, para todas as empresas



brasileiras, foi apenas de 4 bilhões. Desse jeito nós não vamos mudar o padrão de inserção tecnológica da economia brasileira no contexto internacional.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Com a palavra, agora, para encerrar, o Ministro Guido Mantega.

O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE - Sr. Presidente, eu quero rebater aqui a...

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - Sr. Presidente, eu tenho uma pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Foi feito um acordo (*ininteligível*).

Com a palavra o Ministro Mantega.

O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE - Eu tenho sido assíduo a esta Comissão. Eu sou Sub-Relator de uma subcomissão que foi construída...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Deputado Otávio Leite, Deputado Eduardo Valverde, V.Exas. estavam aqui, os Líderes estavam aqui. Fizemos um acordo...

O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE - Concordei com isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - ...para falar o Líder de cada partido. Falou o Líder do PSDB...

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - Eu sou o Líder da Minoria no Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Mas... Eu vou passar a palavra para eles, apesar de ter ficado acertado isso.

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - Não é justo. Meu Presidente, por favor. É 1 segundo apenas. Uma pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Não há possibilidade. Foi feito um acordo. Todos estavam aqui. Os Líderes falaram. Havia uma série de Deputados do PT.

O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE - Vamos manter o acordo, então.

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - Eu tenho um outro compromisso, e a Secretaria desta Comissão me ligou informando que já estava se aproximando a



hora do meu pronunciamento. É 1 segundo. Vou fazer uma pergunta. Já teria dado tempo. Por gentileza, Ministro. Um segundo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - É uma pergunta objetiva, direta?

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - Objetiva.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Senão o Ministro não vai poder ficar. Ele vai sair sem poder responder.

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - É rápido.

É uma dívida pública, Ministro, que o Governo tem com a sociedade brasileira, com os músicos brasileiros. Quase votamos no Congresso a PEC da Música. Fomos a V.Exa. — os Deputados Ciro Gomes, Henrique Fontana, Marco Maia, os músicos brasileiros etc. O Governo ficou de avaliar. Esteve quase para ser votada. Estamos há 160 dias aguardando uma resposta do Ministério, e até agora nada. É uma matéria importante e é uma dívida com a cultura brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Muito obrigado, Deputado Otavio Leite.

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - É esta a pergunta: que providência o Governo vai tomar em relação a isso?

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Agora, sem maiores delongas, com a palavra, para encerrar, o Ministro Guido Mantega.

O SR. MINISTRO GUIDO MANTEGA - Obrigado, Presidente.

Eu concordo com o Deputado Haully. Nós temos evoluído em relação aos temas econômicos. Aliás, não só em relação aos temas econômicos. Felizmente, estamos evoluindo. E todos evoluímos.

Há um entendimento melhor de certas questões. A questão da responsabilidade fiscal está sendo melhor entendida por nós, principalmente depois que assumimos as responsabilidades do Estado. O Governo anterior também demorou... Só foi feita a Lei de Responsabilidade Fiscal no ano de 2000, 4 anos depois que o Governo anterior havia tido resultados fiscais bastante fracos, vamos dizer assim. Não havia superávit primário, praticamente, nos primeiros anos da gestão anterior.



Então, houve uma compreensão. E nós temos hoje a compreensão de que a Lei de Responsabilidade Fiscal foi muito importante. Tanto é que eu a defendo. O Plano Real também foi importante — sempre disse isso —, no sentido de trazer a estabilidade para um país que realmente é muito importante.

Agora, acredito que isso valha para todos, que essa evolução dos temas econômicos sociais servirá também para que a Oposição possa compreender melhor os aumentos do salário mínimo, que foram criticados várias vezes; para compreender melhor a questão do Bolsa Família, que também foi criticado; muitas vezes, a questão de um papel mais ativo do Estado, estimulando a economia, que foi criticado — que seja compreendido também. Então, acredito que a evolução é de todos, para o bem do País.

Concordo também com o Deputado em que nós poderemos ter *ratings* ainda melhores do que temos. Muitas vezes há certa interferência nesses *ratings*. Às vezes, nós não sabemos muito bem quais são as motivações dos *ratings*. Mas concordo com ele. E nós temos discutido sempre com as empresas de *rating* para melhorar o *rating* do País, porque acho que nós deveremos ter uma situação muito melhor do que a Grécia, sem a menor sombra de dúvida.

Também concordo que a agricultura deu uma contribuição fundamental para a situação das contas externas. A Lei Kandir foi fundamental. Devemos nos lembrar também dos Planos Safra que nós fizemos, que foram os maiores de todos os tempos. Em 2002, o Plano Safra era de cerca de 35 bilhões de reais; e o último Plano Safra que fizemos era de 107 bilhões de reais de financiamento para a pequena agricultura e para a agricultura empresarial. O Mais Alimentos é um plano novo, que não existia. Portanto, devemos compartilhar os bons resultados que a economia brasileira está tendo.

As remessas de juros para pagamento da dívida caíram. Na verdade, o que subiu foi a remessa de lucros e dividendos das empresas, que se aprofundou num ano de crise internacional e de valorização do real. E aí as empresas aqui sediadas remetaram mais. Acredito que isso seja cíclico; que, com a não valorização do real, isso poderá ser revertido nos próximos anos.

Quanto à questão de aplicação de reservas, o Ministro Meirelles poderá responder melhor que eu. Em relação à carga tributária... De fato, a carga tributária



brasileira ainda é elevada. Ela foi elevada, sobretudo, no Governo anterior, por meio de aumento de impostos. E na nossa administração houve redução da tributação nas empresas e nos cidadãos. Houve redução. Embora a carga arrecadada tenha sido maior, ela se deveu à formalização da economia, que foi importante, e ao crescimento maior, porque no nosso Governo o crescimento foi bem maior. Portanto, tivemos aumento, por exemplo, do Imposto de Renda Pessoa Jurídica, aumento de lucro das empresas, que foram tributados.

Eu posso dizer, então, que os tributos sobre os cidadãos são menores. Por exemplo: diminuimos o Imposto de Renda, modificamos as alíquotas no ano passado, reduzimos o IPI de vários itens — não esses na crise, mas de forma permanente. As desonerações de 2007 a 2009, contando a CPMF, são de 180 bilhões. Redução de 180 bilhões! Agora, acho que podemos avançar ainda mais, e essa deve ser a prioridade dos próximos Governos.

Também sonho crescer como a China, porém, temos de ir devagar para não atropelar um crescimento sustentável. Acho que a virtude do nosso crescimento é que agora nós temos um crescimento equilibrado. Se nós crescêssemos 10%, 12%, certamente, geraríamos desequilíbrios que nos impediriam de prosseguir nesse crescimento. Então, é melhor crescer menos, mas crescer bastante, porque acho que 5%, 5,5% é um patamar bastante satisfatório para a economia brasileira, porém, gradualmente, nós podemos aumentar e nos aproximar de outros países.

Concordo com o Berzoini que avançamos muito, mas muito ainda temos por fazer. Os próximos Governos ainda terão uma longa tarefa. O Brasil diminuiu a pobreza, mas ainda ela é quase 8% da população. Era 17%, passou para 8%. Reduzimos muito, mas ainda temos que reduzir mais. Analfabetismo: reduzir mais. Melhorar o salário da população, embora hoje o salário mínimo seja um salário que permite quase a aquisição de 2 cestas básicas. É o maior salário mínimo de todos os tempos! É exatamente 1.8 de cesta básica. Quase 2 cestas básicas podem ser compradas. No passado não comprava nem uma cesta básica. Agora, tem de avançar mais, não tenho a menor dúvida.

A questão do déficit em transações correntes. Precisaria de mais tempo para eu explicar aqui, mas certamente no meu texto tem alguma explicação. Eu acho que é lícito discutir a dívida passada. Eu acho que se deve discutir, não vejo tabu para



nenhum assunto. Todos os assuntos devem ser esclarecidos, e, se houver alguma dúvida, deve-se continuar a esclarecer.

Eu acho que o Congresso deve acompanhar *pari passu* o que acontece com a dívida, com as finanças públicas, com Comissões Permanentes, com Subcomissões etc. Sou totalmente favorável a isso. Mas não sou eu que vou dizer como é que os senhores devem fazer isso.

Não existe síndrome do bonsai. Justamente no nosso Governo não existe, porque nós... A grande diferença em relação ao passado é que o passado até pôde ter estabilidade, mas a nossa marca não é estabilidade, a nossa marca é um crescimento forte, robusto da economia, o que não havia antes. Crescimento gerando empregos e mantendo também a estabilidade e mantendo a estabilidade fiscal e monetária. Essa é a grande diferença.

Nós tivemos antes da crise o maior ciclo de expansão da economia que não se teve nos últimos 30 anos. Tivemos uma interrupção no ano passado e já retomamos esse crescimento. Então, a economia brasileira não tem medo de crescer, e nós trabalhamos para isso. O crescimento não é espontâneo, não é um mercado que espontaneamente gere... Nós estamos crescendo 5%, 5,5%. Alguns falam em 6% este ano!

Nós estamos gerando emprego para a juventude brasileira. Deveremos gerar este ano mais de 1 milhão e 600 só em emprego formal, sem falar dos outros empregos públicos etc. Podemos chegar a 1 milhão e 800 ou 2 milhões de empregos neste ano! Isso é muito satisfatório para quem não gerava emprego algum para a juventude brasileira.

E, para finalizar, o Deputado me deixa aqui numa situação constrangedora: se eu fosse continuar. Essa é uma hipótese que não estou cogitando. (*Risos.*) O futuro a Deus pertence. Eu encerro o meu mandato, aliás, não é nem mandato, mandato é de vocês. (*Risos.*) A minha nomeação se encerra no final deste ano.

O que eu sugeriria para o próximo Ministro da Fazenda, seja lá quem for, é que ele desse continuidade a essa política econômica que está dando certo. A política que mais deu certo no Brasil até agora é essa que estamos fazendo, que dependeu de outros governos também, das melhorias que todos fizeram. Continuar nessa trajetória. Nós encontramos a rota do desenvolvimento econômico e social no



Brasil. Devemos seguir, seguir com o PAC, seguir com investimentos em infraestrutura, seguir com a geração de emprego, com transferência de renda, programas sociais, porque tudo isso é que está dando certo e fortalece o País.

Por fim, se há dificuldade de acesso às informações. Não foi por falta de nossa cooperação, porque a todos os requerimentos que vieram à minha mão eu dei encaminhamento. Só não vieram informações, talvez... Não sei se há sigilo ou se havia sigilo bancário ou alguma coisa assim, mas eu procurei encaminhar todas as informações que foram solicitadas. E estou à disposição para continuar encaminhando as informações, porque nós queremos ser os mais transparentes possíveis.

Acho que há um equívoco na questão dos 36%, porque a amortização não é pagamento de juros. Mas, enfim, acho que nós vamos permanecer com a nossa divergência aqui. Não tem impacto. É o pagamento de juros que tem impacto, amortização não tem.

O Presidente já está indo para a base. Eu peço desculpas aos senhores. Mas estarei à disposição para vir outras vezes para discutir esses assuntos com os senhores.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Eu queria agradecer o Ministro.

Passo, de imediato, a palavra ao Ministro Meirelles, deixando o Ministro Guido à vontade. Se quiser se retirar antes não será considerado nenhuma indelicadeza com o Ministro Meirelles, que vai dar também as suas respostas e fazer as suas considerações finais.

O SR. MINISTRO GUIDO MANTEGA - Desculpem e muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Com a palavra o Ministro Meirelles.

O SR. MINISTRO HENRIQUE DE CAMPOS MEIRELLES - Pois não.

As perguntas já foram praticamente todas endereçadas ao Ministro Mantega. Existem algumas questões específicas que eu acho importante apenas mencionar.

Uma pergunta do Deputado Ivan Valente é referente à questão do anatocismo, que é a questão de capitalização de juros sobre juros.



De fato, está-se tomando esse procedimento, que é a capitalização dos juros, baseado na Medida Provisória nº 2.170-36, de 2001. De fato, há uma Ação Direta de Inconstitucionalidade, sem julgamento, no Supremo Tribunal Federal, proposta pelo PL, hoje PR, contra o art. 5º. No entanto, enquanto está em julgamento, a medida provisória tem plena vigência e eficácia. Portanto, só nos resta cumprir a lei.

Evidentemente, caso haja alguma decisão em contrário, do Supremo, será prontamente respeitada.

Em relação à questão...

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Tem lei superior à medida provisória, Ministro, que está em vigor, além da ADIN.

O SR. MINISTRO HENRIQUE DE CAMPOS MEIRELLES - Pois é, mas a orientação do jurídico, não só do Banco Central como da Fazenda, é exatamente que a medida provisória prevaleça, a não ser que seja julgada inconstitucional pelo Supremo. Certamente, estamos prontos para atender a qualquer determinação legal, não há dúvida.

Em relação à questão dos detentores dos títulos públicos, Deputado, eu vou olhar, com muito cuidado, exatamente as suas observações.

Foi-me passado aqui exatamente o que foi pedido, que foi a determinação de títulos de credores, no caso do setor público, por tipo, por classificação, por residência etc. O Banco Central buscou os registros existentes. Até 1993, não existia uma série dessas classificações; a partir de 1994, passaram a existir. Então, no passado, de fato, muitas dessas classificações não eram registradas; partir de 2004, principalmente, aí, sim, o Sistema Especial de Liquidação e Custódia registra: segunda categoria de credor, pessoa física ou jurídica, não residente no Brasil, pessoa física não financeira, pessoa jurídica financeira, fundo de investimento ou entidade assemelhada, investidores institucionais, incluindo fundo de pensão.

Isso foi especificamente, com esse detalhe, de fato, apenas no período de 2007 a 2009, uma vez que as contas para o registro das operações de clientes não residentes foram criadas na SELIC apenas em junho de 2007.

Em resumo, as classificações foram sendo aperfeiçoadas com o correr do tempo e foi reportado exatamente tudo aquilo que está registrado. Mas, certamente,



eu vou olhar isso com todo rigor, visando saber até que ponto pode ser fornecido algum esclarecimento maior.

Por favor, Deputado, sinta-se à vontade para nos acionar e pedir qualquer coisa a mais, com aprovação da Comissão, que estamos prontos a dar todos os esclarecimentos necessários.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente, só para lhe informar que nós recebemos a resposta do BC e da Fazenda de que não possuem informação sobre os credores de fundo de investimento.

O SR. MINISTRO HENRIQUE DE CAMPOS MEIRELLES - Ah! sim.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Não possuem.

O SR. MINISTRO HENRIQUE DE CAMPOS MEIRELLES - Não existe isso registrado na SELIC, de fato. É a informação que eu também tenho. Eu vou verificar se o Banco Central tem algum meio de solicitar quem investe nos fundos de investimento, porque isso, de fato, não é registrado no Banco Central. E se existir, a CPI poderia requisitar de outro órgão que não seja o Banco Central.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Nós precisaríamos disso até a conclusão da CPI.

O SR. MINISTRO HENRIQUE DE CAMPOS MEIRELLES - Do ponto de vista do Banco Central, não há esse registro. Nós podemos, perfeitamente, fornecer qualquer tipo de informação que tenhamos a respeito.

Em relação à outra pergunta especificamente referente a reservas do Banco Central, do Deputado Haully, sobre se nós podemos aplicar as reservas em títulos brasileiros, diria que o Tesouro tem uma posição de caixa em título brasileiro, em reais. O problema é que aí não são reservas internacionais, pela própria definição. Reserva internacional é exatamente a reserva aplicada, recursos aplicados em títulos de outros países — é a própria definição de reserva internacional —, e ela visa exatamente dar ao País uma reserva em moeda externa, exatamente visando prevenir crises de divisas. Não é crise de falta de real. É crise de falta de divisa. E por isso que a reserva é tão importante.

Que o Brasil não fique naquela situação que ficava no passado: tinha uma crise de moeda externa, e nós tínhamos que pedir ajuda ao FMI, ou ao Clube de Paris etc., ou como outros países estão fazendo agora.



Portanto, a reserva internacional, por definição, tem que ser em moeda externa, de maneira que nós possamos ter esse tipo de segurança.

Pergunta da Deputada Jô Moraes. Ela diz que discorda de que a estabilidade resolva tudo, de que não é valor único.

Estamos completamente de acordo, Deputada. Não há a menor dúvida sobre isso. Não é um valor único e não resolve tudo, definitivamente. Evidentemente que uma série de outras políticas públicas é da maior importância, sejam políticas sociais, sejam políticas de crédito — está aí o PAC, temos agora o PAC 2 —, sejam políticas de investimento, políticas de educação, políticas de saúde. Não há dúvida. O que nós enfatizamos foi a importância da estabilidade para indicadores econômicos, para um crescimento maior e para uma geração maior de aumento da tributação, que permite, aí sim, todas essas políticas serem implementadas. Concordamos integralmente em que a estabilidade é um fator, mas não resolve todos os problemas de nenhuma maneira.

Em relação a sua consideração, Deputada, sobre as questões de inflação, certamente levamos em conta, no COPOM, todas as observações. Como já foi mencionado, o Banco Central dispõe de um vasto aparato de mecanismos de busca de informações, desde a chamada Pesquisa Focus, que busca informações, opiniões de economistas, de universidades, de federações, de sindicatos etc., até outros tipos de pesquisas, reuniões com economistas, como foi mencionado. Tudo isso é um manancial muito grande de informações, mas o que prevalece, no final, é a análise das próprias áreas técnicas do Banco Central. São modelos macroeconômicos, que foram desenvolvidos através dos anos, que fazem com que o Banco Central tenha projeções de inflação para o seu horizonte relevante. E isso é publicado.

O relatório de inflação do próprio Banco Central, que é publicado trimestralmente, este, sim, é o grande documento base de análise do Banco Central para sua tomada de decisões.

O Banco Central tem um grande número de especialistas, de técnicos, de doutores, de pessoas que estão nessa área há muitos anos; e tem todo um estoque, um banco de dados, que vem coletando informações há muitos anos, desenvolvendo modelos de análises, que visa exatamente permitir que o Banco



Central possa tomar uma decisão baseada numa análise técnica, numa análise que leve em conta o que, de fato, é a projeção mais confiável da inflação futura.

Para terminar, tem apenas um dado específico, importante, referente a uma colocação sobre desemprego, e uma observação com a qual nós concordamos e o Deputado Ricardo Berzoini também: quanto menor o desemprego, melhor. Agora, é importante mencionar que hoje, em fevereiro de 2010, o desemprego no Brasil é 7,2%; na Alemanha, 7,5%; na Itália, 8,5%; no Chile, nosso vizinho, 8,5%; na Venezuela, 8,6%; nos Estados Unidos, 9,7%; na zona do euro, na Europa continental, 10%; França, 10,1%; Portugal, 10,3%; Irlanda, 13,7%; Espanha, 19%.

Finalmente uma observação sobre as questões regionais. O Deputado Paulo Rubem Santiago fez uma colocação importante a respeito das diferenças regionais, que, de fato — o senhor tem toda razão —, devem ser levadas em conta, sim, e cabe evidentemente aos órgãos que fazem política regional do Governo Federal endereçar esse assunto de forma específica.

Eu apenas gostaria de atualizar um dado. S.Exa. mencionou. O dado que nós temos é do IBGE, sobre pesquisa mensal do emprego do IBGE, Deputado, que é o que temos como base. Portanto, a taxa de desemprego de fevereiro de 2010 no Brasil é 7,4%, como foi mencionado; em Recife, Deputado, 8,8% e; em Salvador; 11%.

Muito obrigado. Como sempre é uma honra estar presente aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Agradecemos ao Presidente...

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Sr. Presidente, só uma questão. Eu fiz uma pergunta que foi simples, talvez o Ministro não tenha ouvido ou não tenha captado, sobre o COPOM. Eu perguntei se haveria a possibilidade de alterar a composição do COPOM que hoje é feita pela Diretoria Colegiada do Banco Central.

O SR. MINISTRO HENRIQUE DE CAMPOS MEIRELLES - Deputado, teria que haver — possivelmente é uma questão que eu vou examinar — alguma mudança legislativa, porque a composição dos membros votantes no Banco Central, não necessariamente do COPOM, mas do órgão que toma a decisão no COPOM, que é a Diretoria Colegiada, que tem poder de tomar decisão, é definida pela Constituição. São diretores apontados pelo Presidente da República e aprovados



pelo Senado Federal. Não necessariamente o Diretor tem que ter uma função executiva no Banco Central. Ele pode perfeitamente ter um Diretor que seja apontado pelo Presidente da República, aprovado pelo Senado Federal e que seja um representante da sociedade sem função executiva no Banco Central. Isso é possível, mas tem que ser apontado pelo Presidente como Diretor e aprovado pelo Senado Federal. É uma exigência da Constituição.

De novo: para composição da Diretoria Colegiada. O problema é que teríamos algumas questões legais se nós tivéssemos um órgão chamado COPOM, que toma decisões da mais alta importância e que não segue exatamente o critério decisório do Banco Central, do seu órgão máximo, que é a Diretoria Colegiada. Portanto, do ponto de vista de coerência legal, seria importante que o COPOM obedecesse o critério decisório definido constitucionalmente para o Banco Central, que é a sua Diretoria Colegiada.

De novo: a hipótese de ser nomeado um diretor que não tenha função executiva, que seja um representante da sociedade e que seja apenas para votar no COPOM, é sempre uma possibilidade, uma prerrogativa do Presidente do Senado Federal.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Muito obrigado, Ministro Henrique Meirelles.

Gostaria de agradecer também à ASSTTRA; ao Ministério Público; ao SINASEMPU-DF; à FEBRAFITE; ao IFC — Instituto de Fiscalização e Controle; ao COFECON — Conselho Federal de Economia; à ANDES; ao MCCE — Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral; ao CONIC — Conselho de Igrejas Cristãs; à CNBB; à CONLUTAS; à UFRPE; à UFPB — Universidade Federal da Paraíba; e à Comissão Brasileira de Justiça e Paz, que se fizeram presentes nesta reunião.

Agradeço também ao Deputado Pepe Vargas, a quem consulto se deseja fazer uso da palavra. (*Pausa.*) Não gostaria.

Nada mais havendo a tratar, vou encerrar os trabalhos, antes convocando os Srs. Deputados para a próxima reunião ordinária desta CPI que realizar-se-á dia 20 de abril, às 14h30min, no Plenário 4 do Anexo II, para apresentação, discussão e



votação do relatório que será apresentado pelo nobre Relator, Deputado Pedro Novais.

Mais uma vez agradeço ao Ministro Henrique Meirelles.

Está encerrada a presente reunião.